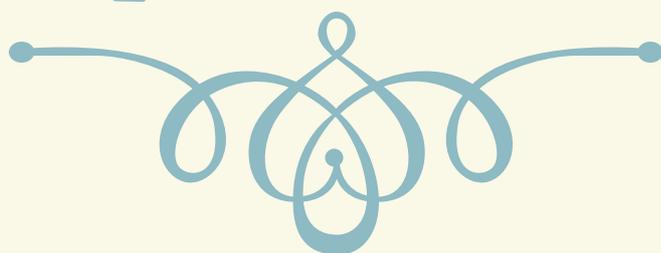




A INTERSETORIALIDADE NAS  
POLÍTICAS PARA A

# primeira infância





A INTERSETORIALIDADE NAS  
POLÍTICAS PARA A

# primeira infância



# Ficha Técnica

## **Realização** **Rede Nacional Primeira Infância**

## **Organização** **Secretaria Executiva - RNPI - Biênio 2013/14 -** **Instituto da Infância – IFAN**

Luzia Torres Gerosa Laffite

Paula Tubelis

Shaila Vieira Maia

Vital Didonet

## **Elaboração Técnica e Redação**

Vital Didonet – Assessor da Secretaria Executiva da RNPI e Coordenador do Comitê Técnico sobre Intersetorialidade nas Políticas Públicas para a Primeira Infância.

## **Comitê Técnico sobre Intersetorialidade nas Políticas Públicas para a Primeira Infância:**

Amélia Bampi – Fundação ABRINQ

Ana Elisabeth Lima - MÃE CORUJA PERNAMBUCANA

Ana Estela Haddad – SÃO PAULO CARINHOSA - Política Municipal pela Primeira Infância

Angélica Goulart – SDH - Secretaria Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

Carol Velho - UNICEF

Denise Colin – MDS – Secretaria Nacional de Assistência Social

Ely Harasawa - Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV

Gilvani Pereira Grangeiro - MS – Coordenação Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno/ CGSCAM)

Liése Serpa - Programa Primeira Infância Melhor - PIM

Liliane Penello - Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis - EBBS

Luzia Laffite - Secretaria Executiva da RNPI e IFAN

Maria Thereza Marcilio – AVANTE, Educação e Mobilização Social

Patrícia Lacerda - Instituto C&A - IC&A

Rita Coelho – MEC – Coordenação Geral de Educação Infantil - COEDI

## **Parceiro no Projeto**

Instituto C&A

## **Projeto Gráfico e Design**

Andrea Araujo e Mariana Araujo

## **Banco de imagens**

Shutterstock

## **Secretaria Executiva – Biênio 2013/14**

Instituto da Infância – IFAN

Av. Padre Antonio Tomas, 2420 - sala 1405/06 - CEP 60140.160 - Aldeota - Fortaleza –CE - BR

Telefone: 85 3268-3979 / Site: [www.ifan.com.br](http://www.ifan.com.br)

## **Secretaria Executiva - Triênio 2015/17**

Centro de Criação de Imagem Popular – CECIP

Rua da Gloria, 190 - 2º andar - sala 202 - CEP

20241.180 - Gloria - Rio de Janeiro – RJ - BR

Telefone: 21 2509-3812 / Site: [www.cecip.org.br](http://www.cecip.org.br)

## **CONTATOS RNPI:**

**E-mail:** [secretariaexecutivarnpi@primeirainfancia.org.br](mailto:secretariaexecutivarnpi@primeirainfancia.org.br)

**Site:** [www.primairainfancia.org.br](http://www.primairainfancia.org.br)

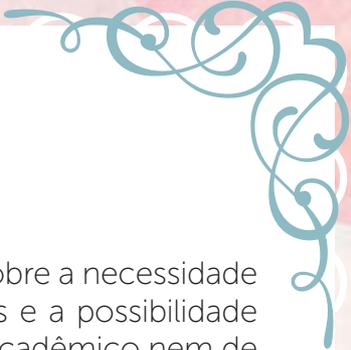
Abril, 2015

# Sumário

Apresentação.....	6
Introdução .....	8
1. Evolução das formas de atender as crianças na Primeira Infância.....	10
1.1. Da atenção global à setorial .....	10
1.2. Da setorialização ao aprofundamento teórico e à especialização do atendimento.....	10
1.3. Fragmentação: uma consequência perniciosa para a criança e seu atendimento .....	11
1.4. Qual o problema da fragmentação da criança nas políticas sociais? .....	13
2. Retorno à visão de conjunto .....	14
2.1 Compreendendo a criança como pessoa.....	14
2.2 Uma ideia forte no momento certo: Intersetorialidade.....	14
2.3 Critérios agregadores.....	13
3. Já estamos neste caminho – políticas e programas intersetoriais.....	18
3.1 De iniciativa federal .....	18
3.2 De iniciativa estadual .....	19
3.3. De iniciativa municipal.....	20
3.4 De iniciativa da sociedade civil e governo.....	21
4. Perguntas e respostas .....	25
Anexos.....	34



# Apresentação



**E**ste texto foi escrito com o intuito de contribuir na reflexão sobre a necessidade de construir políticas integrais e integradas para as crianças e a possibilidade de fazê-las no âmbito municipal. Não é, por isso, um texto acadêmico nem de aprofundamento teórico na temática da intersetorialidade, mas um “companheiro de caminho” para avançar nessa prática. Ele se destina primordialmente aos planejadores e gestores de políticas públicas e aos conselheiros de direitos da criança e do adolescente.

Em 2010, em complementação e desdobramento do Plano Nacional pela Primeira Infância - PNPI, a Rede Nacional Primeira Infância propôs que os municípios elaborassem plano municipal que abrangesse todos os direitos da criança e no qual as diferentes ações setoriais e temas específicos partissem da visão holística da criança e nela se integrassem, tal como faz o PNPI.

Uma das características robustas do Plano Nacional, e inovadora no âmbito das políticas públicas, é a intersetorialidade como estratégia de atuação articulada no atendimento da criança como pessoa, sujeito de direitos e cidadã. Além desse Plano, a RNPI desenvolveu e publicou o Guia para Elaboração do PMPI, que traz indicações práticas de como construir esse plano, envolvendo todos os setores do governo, organizações da sociedade civil e os conselhos de direito. Ele está imbuído do olhar intersetorial.

É apresentado, agora, neste novo texto de subsídio, um olhar focado nas questões que embasam essa estratégia. Reconhece-se que é difícil reunir, articular e conjugar os diferentes setores que se ocupam das várias políticas públicas na área da criança, por causa da tradição secular de compartimentar a realidade. Difícil, mas possível, e realizado com entusiasmo por aqueles que estão avançando nessa direção.

Este documento contou com subsídios de várias organizações da RNPI e especialistas convidados, que formaram um Comitê Técnico sobre Intersetorialidade. A todos e todas, que foram generosos em dedicar parte do seu tempo às discussões presenciais e pela internet, nosso agradecimento.

Se as considerações e sugestões aqui apresentadas tiverem utilidade prática na adoção ou no avanço da estratégia intersetorial nas políticas públicas pela Primeira Infância nos municípios, seu objetivo terá sido alcançado. Mas a ação municipal articulada e conjunta dos vários setores depende essencialmente de seus dirigentes e técnicos.

**Luzia Torres Gerosa Laffite**

Coordenadora da Secretaria Executiva  
RNPI - IFAN - Biênio 2013/2014

**Vital Didonet**

Redator e Assessor da Secretaria  
Executiva - IFAN - Biênio 2013/14



# INTRODUÇÃO

**A**s crianças são, hoje, um dos assuntos mais importantes do mundo. A ONU (Organização das Nações Unidas) e alguns de seus Organismos como o UNICEF, a UNESCO e a OMS, vêm conclamando os países a construírem “Um Mundo para as Crianças” (1). No documento que leva esse título, os chefes de Estado e de Governo se comprometeram a colocá-las em primeiro lugar. Ao assinarem e ratificarem a Convenção dos Direitos da Criança, os Países assumiram o compromisso de defender e promover seus direitos.

O Brasil também fez a opção pelas suas crianças. A Constituição Federal atribui prioridade absoluta para os direitos da criança e do adolescente. Nenhum outro assunto, problema ou necessidade, por mais urgente que seja, pode ser mais importante do que as medidas que garantam o cumprimento dos seus direitos (2).

Por que tanta força e clareza nessa afirmação em nossa Carta Magna? Em primeiro lugar, porque são direitos. E com a particularidade de o serem da criança! Por si só, eles impõem à família, à sociedade e ao Estado o dever de atendê-los. Adicionalmente, temos as evidências científicas de que os primeiros anos da vida são os mais decisivos para a formação humana, a constituição do seu eu, da subjetividade, a construção das estruturas básicas de conhecimento e aprendizagem, que englobam inteligência, afetividade e socialização. Os valores que vão guiar as decisões e comportamentos pela vida toda são incorporados na Primeira Infância.

O Brasil vem dando grandes passos na atenção às suas crianças. Criou uma legislação avançada (CF, ECA, leis setoriais de educação, saúde, assistência social, direitos humanos e leis sobre itens pontuais). Elaborou e implementou políticas públicas de atendimento em várias áreas. O Governo Federal, os Estados, o Distrito Federal e milhares de Municípios estão realizando programas de qualidade e abrangência para atender às necessidades das crianças pequenas. A sociedade se mobiliza por elas, por meio de organizações que protegem e promovem seus direitos. Esses progressos brasileiros são reconhecidos internacionalmente.



Agora nosso País vem avançando para uma área nova: a das políticas intersetoriais. Os diferentes setores que atuam em direitos da criança articulam ações em função de um atendimento integral e integrado. O Plano Nacional pela Primeira Infância, elaborado pela RNPI, aprovado pelo CONANDA (Conselho Nacional pelos Direitos da Criança) em dezembro de 2010, e acolhido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República como um plano integral – que engloba todos os direitos da Primeira Infância, com metas até 2022, é um dos instrumentos, no âmbito das políticas públicas, que confirma e realiza esse avanço.

No município, as crianças também podem ser – se já não são - o assunto mais importante. E a intersetorialidade, a estratégia mais eficaz para atendê-las integralmente.

A elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância - PMPI (ver Guia para Elaboração de Planos Municipais no acervo do site [www.primeirainfancia.org.br](http://www.primeirainfancia.org.br)) está sendo um processo original, criativo e, ao mesmo tempo, desafiador para articular as políticas setoriais e dar-lhes perspectiva de longo prazo. Ao adotar as concepções desse Plano e a forma de construí-lo, o município faz opção por uma política abrangente de atendimento integral e integrado dessa população. Quem sai ganhando são as crianças, as famílias, a comunidade em que elas vivem, a população e, obviamente, a administração municipal.

A política multissetorial na Primeira Infância adota uma nova forma de ver a criança – a integralidade de pessoa - enquanto a intersetorialidade imprime um novo comportamento na ação – diálogo intersetorial, percepção das interdependências, sinergia e cooperação. Várias Iniciativas em curso no País, como se verá neste documento, fornecem base segura para confiar no êxito de construção dessa política.

# A INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE ÊXITO NAS POLÍTICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO

“Nada tem maior poder do que uma ideia que chega na hora certa” - Victor Hugo.

## 1. Evolução das formas de atender as crianças na Primeira Infância

### 1.1. Da atenção global à setorial

Nos primeiros tempos do atendimento às crianças (principalmente órfãs, abandonadas e das famílias que viviam em situação de pobreza) – nos meados do século XIX, não havia separação nítida entre cuidados de saúde, educação, assistência social. Quem cuidava da criança cuidava de todas as suas necessidades, isto é, da pessoa inteira.

Aos poucos, a atenção foi se concentrando no item que se mostrava mais urgente e com maior evidência social. Ora a saúde e a nutrição, ora a colocação em instituição de acolhimento (abrigos), ou a creche assistencial, depois a educação infantil. Alguns setores se especializaram para atender as diferentes situações e necessidades. Os profissionais aprofundaram seu conhecimento, aperfeiçoando a prática em aspectos específicos. E, assim, criaram-se as especialidades e os programas setoriais. Sem que os generalistas desaparecessem, surgiram os “especialistas”.

Essa direção dos estudos sobre a criança e o desenvolvimento infantil acompanhou a concepção da ciência clássica do início do século XX, segundo a qual, para avançar no conhecimento, é preciso separar o todo em partes e se dedicar a cada parte como se fosse um todo. Mais ou menos segundo o ditado grego, adotado pelos romanos para conquistar territórios: “Divide et impera”, isto é, divide e domina.

### 1.2. Da setorialização ao aprofundamento teórico e à especialização do atendimento

O olhar das ciências focado em aspectos particulares da vida e desenvolvimento infantil foi gerando especialidades. Na psicologia surgiu a psicologia infantil; na medicina, a pediatria; na sociologia, a sociologia da infância; na pedagogia, a pedagogia da infância; na antropologia, a antropologia da criança etc. O caminho não parou aí. Continuou estreitando as

margens, reduzindo a abrangência do foco. Uma especialidade se desdobrou em várias. Por exemplo, na pediatria, temos, hoje, a neonatologia, neuropediatria, psiquiatria infantil, gastroenterologia, cirurgia pediátrica, pneumologia pediátrica, nefrologia pediátrica, infectologia pediátrica, reumatologia pediátrica.

Os serviços públicos também seguiram a lógica da especialização. Como seria difícil, senão impossível, uma única instituição, um “ministério global” ou uma secretaria geral cuidar, com propriedade ou qualidade, de tudo o que é importante na atenção integral à criança, houve repartição de funções. Se olharmos para todos os seus direitos, compreendemos que a racionalidade recomendava atribuir a setores especializados o zelo por esses direitos.

Assim, o Poder Executivo, desdobrado em áreas ou setores, foi entregando o cuidado da criança em partes ou segmentos a diferentes ministérios ou órgãos especializados. A divisão inicial prosseguiu, fracionando ainda mais a atenção à criança. Os setores e ministérios foram se dividindo, separando-se em áreas menores, que passavam a constituir campos específicos e independentes no planejamento, na programação e no orçamento. Um exemplo, para ilustrar: Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1953, a saúde tornou-se objeto de um ministério próprio (Ministério da Saúde) e a educação, de outro, que incluía a cultura e o esporte (MEC). Em 1975, a cultura foi separada, para ser objeto de outro ministério (MinC) e o esporte, em 1995 (Ministério do Esporte), também se desvinculou da educação, constituindo um ministério próprio. De vez em quando surgem ideias de separar a educação superior da educação básica, atribuindo-as a ministérios distintos. Em consequência, temos a forma setorializada de gestão da coisa pública.

Esse modelo de organização dos serviços públicos parece ser o mais adequado, pois em todo o mundo é assim que se faz, com maior ou menor número de divisões.

Há um lado positivo nessa forma de abordar a realidade: a divisão de um objeto em partes ajuda a dominá-lo mais facilmente, permite um conhecimento mais profundo do segmento em foco e torna possível a qualificação e a especialização de quem ou da instituição que se ocupa de cada parte.

Dessa forma, as ciências e as práticas profissionais produziram extraordinário cabedal de conhecimento sobre a criança e enorme avanço no atendimento de suas necessidades. Possibilitaram, igualmente, o desenho de políticas públicas mais eficazes. A segurança que o conhecimento profundo de um problema gera nos profissionais e nos pais que têm um filho afetado por aquele problema encoraja e prestigia a especialização. Todos são agradecidos aos cientistas e aos profissionais que adentram cada vez mais no desconhecido do ser humano, pois de sua ciência e de sua prática resulta um atendimento mais preciso.

Mas a superespecialização e setorialização têm outro lado..., que veremos a seguir.

### **1.3. Fragmentação: uma consequência perniciosa à criança e ao seu atendimento**

Se os pesquisadores, profissionais, especialistas e os órgãos setoriais se enclausuram no segmento da realidade que estudam ou atendem, se não dialogam com os pesquisadores, profissionais, especialistas e órgãos das outras partes dessa mesma realidade, se não buscam as inter-relações e as interdependências, eles estão renunciando à visão do todo e desperdiçando a possibilidade de um atendimento mais abrangente, mais profundo e mais eficaz.

Existe o risco – em muitos casos efetivamente acontece – de a superespecialização e as políticas setoriais desviarem o olhar do conjunto e não compreenderem como as partes se complementam. Podem, por isso, até fazer um diagnóstico equivocado e errar no tratamento ou oferecer um atendimento inadequado.

O ditado “Por causa da árvore não vê a floresta” elucida essa situação. Quando se está muito perto do tronco de uma árvore, não se tem visão do conjunto no qual ela está inserida. Quando o interesse se restringe a ela, é como se a floresta não existisse ou não viesse ao caso ocupar-se dela. Cuidar bem de uma árvore implica conhecer sua relação com o solo, o clima, o ambiente, sua inserção no conjunto, ou seja, vê-la no contexto. Porque ela seria diferente, talvez nem existisse, se não estivesse em relação com outras plantas, com os pássaros, animais, ventos, fontes d’água que formam seu ecossistema. Se nosso interesse é a floresta como um todo, não basta conhecer árvore por árvore, arbusto por arbusto, as minas de água, a composição do solo etc. Individualmente, nenhum desses elementos nos dá a noção do que seja esse sistema. Nesse caso, o conjunto não é a soma das partes. Se não houver uma visão de totalidade, se não se perceber a interdependência das partes, até mesmo o objeto de nossa observação focal fica empobrecido, incompleto, fragmentado em nosso conhecimento.

Voltemos para nosso tema: a criança. O atendimento por setores estanques e as especializações que só enxergam seu ponto de interesse contribuem para formar uma visão fracionada de criança. Em vez de se ver a pessoa inteira, vê-se apenas uma fração dela. Por exemplo, a necessidade de cuidados nutricionais, de uma família acolhedora para que possa deixar a instituição de acolhimento, de uma vaga em creche, de um atendimento especializado. A secretaria de saúde cuida da saúde da criança, a da educação garante-lhe a educação infantil, a secretaria de assistência ou desenvolvimento social atende às necessidades no conjunto de sua família e, a de cultura provê meios de as crianças terem acesso às produções culturais para a infância e, quem sabe até, valoriza suas produções, colocando-as ao deleite e admiração dos adultos.

Essa forma de abordar os direitos e necessidades da criança parece ser a mais adequada, como dissemos acima, para fazê-lo com competência e eficácia. Não obstante, é mais dispendiosa e menos eficaz do que uma abordagem holística da situação, do que uma ação coordenada e integrada entre diferentes profissionais e setores. Vejamos possíveis situações opostas à fragmentação: um pediatra não se satisfaz com um diagnóstico e tratamento das questões estritamente médicas; uma professora de educação infantil rejeita o argumento de que “não é de sua área”, e procura saber por que uma criança está abatida, com excesso de sono, qual a origem de um hematoma nas suas costas; uma assistente social, após atender uma família que pratica violência na educação de seus filhos, vai conversar com a professora de educação infantil para que ela participe do apoio aos pais para que comecem a praticar uma educação sem ameaças ou castigos físicos. Não há dúvida de que esses profissionais estão tendo uma atitude aberta às diferentes dimensões do problema e encaminhando uma solução mais profunda.

O problema, no entanto, não está apenas do lado da oferta dos serviços. Ele é mais grave do lado da criança. Um adulto pode facilmente separar um objeto ou uma situação em segmentos, dimensões ou aspectos. E é capaz de entender o todo juntando as partes. Uma criança, não. Antes de desenvolver a capacidade analítica, ela compreende as coisas pelo seu significado global. O mesmo – e aqui a situação é muito mais séria – acontece em relação a si própria. Ela não se considera um agregado de partes, um compartimento cognitivo, outro afetivo, outro social, outro físico. Quando se vê abordada de forma “setorizada”, em que seu eu, sua identidade, seu todo pessoal não é considerado, ela pode ficar confusa. Então, resiste, fecha-se ou menospreza a abordagem. Em defesa de sua identidade.

Políticas sociais verticalizadas, que não dialogam entre si, que não se articulam, que não partem de uma visão holística da criança, não só agem como peças estanques, sem portas de passagem de um para outro, como também fragmentam a criança, para si mesmos e para a própria criança. Elas não alcançam a essência do que seja a formação da pessoa e do cidadão. Que adianta, por exemplo, adquirir o máximo de conhecimentos escolares, se a vida social, a responsabilidade e a solidariedade, a ética e o sentido de justiça ficam de fora? De que serve desenvolver a capacidade criativa, se não se aprende a cooperar e trabalhar em grupo?

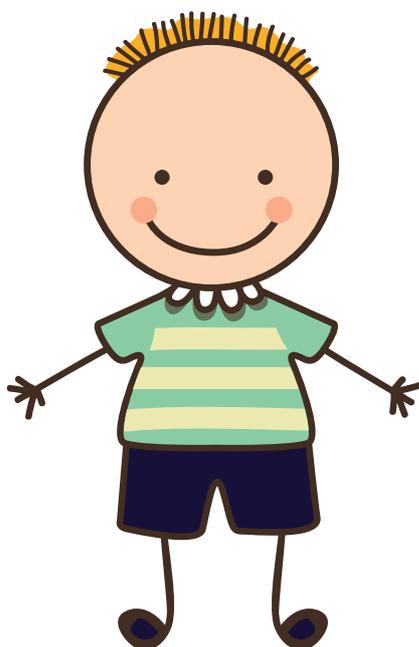
## 1.4 Qual o problema da fragmentação da criança nas políticas sociais?

Quando se perde a capacidade de ver a criança na sua totalidade, passa-se a acreditar que não há necessidade nem é importante relacionar o item que se está atendendo com os outros itens. A especialização cada vez mais aprofundada em temas sempre mais restritos, quando descontextualizados do conjunto complexo que constitui o ser humano, pode acarretar riscos para sua integridade psíquica.

*O que mais interessa e deve presidir qualquer política pública na área dos direitos da criança é sua formação integral, como pessoa e cidadã.*

Por isso, é necessário que as especialidades e as ações setoriais convivam com a visão do todo e nele se articulem, tornando-a mais profunda.

Esse fenômeno não está restrito às políticas sociais nem à visão da criança. Antes, faz parte de um fenômeno geral. O mundo pós-moderno vive a crise da fragmentação e dos individualismos, menospreza os interesses coletivos, ignora a interdependência de tudo e de todos, ignora a unidade do Planeta Terra. Por isso, está chegando a situações dramáticas, mais evidentes no desequilíbrio do clima, da falta de água, da poluição do ar, do aquecimento global, além do ressurgir de guerras, dos fanatismos... O mesmo esforço que aprofunda o conhecimento e especializa a ação separa e isola coisas que são interdependentes e que funcionam em sinergia. E ao separar e isolar umas das outras, desequilibra e fragmenta ainda mais a frágil realidade.



## 2. Retorno à visão de conjunto

O sociólogo e filósofo francês Edgar Morin, ao analisar a crise mundial da sociedade de nosso tempo (3), afirma que os riscos que a humanidade está vivendo provém da fragmentação, dos olhares individualistas, interessados em particularidades, esquecendo-se da unidade do Planeta Terra. O caminho para sair da ameaça do abismo, insiste Morin, é voltar à visão da unidade e da interdependência de tudo e de todos.

Um grande apelo que se levanta hoje, nas políticas sociais, é a reconstrução da visão holística da criança. E de que essa concepção seja indutora da articulação dos diferentes setores para uma ação conjunta ou coordenada. É o que chamamos de intersetorialidade.

### 2.1 Compreendendo a criança como pessoa sujeito de direitos

A filosofia afirma que o ser humano é pessoa, isto significa um “eu” que tem uma unidade essencial, constitui uma individualidade singular e única, livre e racional. Diz mais, que o indivíduo só existe porque faz parte de uma teia de interações sociais e ambientais. Em última análise, o ser humano é um “eu social”. É na “polis”, na vida em sociedade que ele se completa e se realiza como pessoa. Por isso, o ser humano é também um ser político. Individualmente e no conjunto, as crianças participam criativamente da vida social, produzem arte e cultura, têm sonhos e transformam a realidade.

É essa visão da totalidade da criança que a política para a Primeira Infância deve ter para respeitá-la e atendê-la integralmente.

*“...tal como acontece com a árvore, não podes saber nada do homem se o desdobras pela sua duração e o distribuis pelas suas diferenças. A árvore não é semente, depois caule, depois tronco flexível, depois madeira morta. Para a conhecer, é bom não dividir”,*  
**Saint-Exupéry, Cidadela (4).**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB usa uma expressão bem adequada para definir as finalidades da educação infantil: “...desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social ...” (art. 29). Aspectos são olhares, ângulos de observação de um ser completo e complexo. Aqueles aspectos não existem em si mesmos, não estão apenas agregados no ser da criança.

### 2.2. Uma ideia forte no momento certo: intersetorialidade

A ideia que chegou na hora certa é a das interdependências e da convergência dos setores, órgãos e ações. Isso, em todas as coisas, na sociedade, na política, no trabalho, na economia, no meio ambiente... e também no cuidado e educação da criança.

Hoje, a atenção à criança pode ser muito mais profunda e qualificada porque conta com as especializações profissionais e setoriais, e ser mais eficiente e eficaz porque os setores e os especialistas das diferentes áreas (re)começam a dialogar, a articular as ações com vistas a um atendimento integral e integrado.

A intersetorialidade propõe uma nova maneira de abordar os problemas:

- partir da visão holística da criança (pessoa, cidadã, sujeito de direitos), em vez de objeto de várias áreas de intervenção,
- valorizar o conhecimento especializado e a especialização profissional e
- articulá-los num projeto conjunto, num plano integrado de atenção integral.

Políticas e programas intersetoriais de iniciativa da União, de Estados, de Municípios e de Organizações da Sociedade Civil já começaram a escrever uma história diferente da atenção à criança. Multiplicam-se pelo país redes de proteção à criança nas comunidades, criando uma linguagem comum, um entendimento único, uma ação compartilhada de cuidado na primeira infância. A Rede Nacional Primeira Infância – RNPI – é um conjunto articulado de quase duas centenas de Organizações do governo e da sociedade civil, de organismos multilaterais das Nações Unidas, de institutos e fundações de pesquisas, do ambiente acadêmico e do meio empresarial, que assumem o compromisso de defender e promover os direitos da criança na Primeira Infância. Essa Rede é a expressão viva e forte, em nosso País, de um propósito comum e conjunto das várias áreas ou setores, unificado na concepção de criança pessoa sujeito de direito e cidadã.

Concretizando esse propósito num instrumento político e técnico de ação, a RNPI elaborou o Plano Nacional pela Primeira Infância, que abarca todos os direitos da criança na faixa etária de até seis anos, com metas de longa duração (2010-2022). Outros planos - estaduais, distrital e municipais - foram ou estão sendo elaborados em consonância com o plano nacional. Essas iniciativas estão comprovando a viabilidade da articulação dos diferentes setores do poder executivo num propósito compartilhado, isto é, intersetorial.

A disposição de trabalhar dessa forma está construindo um saber valioso para as políticas públicas. É uma escola de novas aprendizagens, em benefício da proteção integral da criança e seu desenvolvimento pleno, tal como determinam o ECA e a LDB.

A força dessa ideia vem do fato de ela haver chegado na hora certa. Muita gente que atua na área dos direitos da criança está percebendo que a abordagem multisetorial ou holística é necessária e possível. E que ela se dá pela estratégia da ação conjunta de diferentes setores, quer dizer, na intersetorialidade.

O ponto de partida mais seguro para ter êxito nessa iniciativa é a decisão política de querer definir uma ação ampla que engloba os diferentes setores que têm atribuições na área da criança. O empenho pessoal do dirigente máximo do poder executivo na área de abrangência da ação – o município, por exemplo - garante a continuidade do trabalho articulado. E, no nível técnico, a compreensão de que essa é uma estratégia que imprime eficiência e dá melhores resultados. A disposição dos especialistas, dos gestores e técnicos em conhecer as competências e as ações dos outros setores é outro fator muito importante.

Quatro componentes decisivos para o êxito na integração setorial:

- decisão política
- empenho continuado do dirigente
- compreensão dos técnicos de que a estratégia é mais eficiente e eficaz
- disposição para o diálogo, a aprendizagem e a construção coletiva

## 2.3. Critérios agregadores

Havendo decisão de trabalhar intersetorialmente, surgem perguntas... Quantos setores envolver? Com quais iniciar? Há alguns com mais afinidade, que podem se articular sem maiores problemas? Temos programas ou projetos ou alguma ação na qual dois ou mais setores já estão trabalhando juntos? Existe algum ponto de partida que determinaria o critério de agregação de setores e instituições?

Um bom começo é definir o objetivo e a meta da política, do plano ou do programa intersetorial. As perguntas a seguir nos ajudam a abrir o caminho da elaboração de um conjunto de ações entre os setores ou, mais precisamente, de um plano multissetorial e intersetorial.

- Queremos atender a todas as crianças do município? Nesse caso, tem-se que ver quais as secretarias e outras instituições municipais tem acesso a elas, nos diferentes territórios e espaços em que elas vivem e dos quais participam (5). Pode ser necessário que outras secretarias ou instituições entrem no grupo para alcançar todas as crianças com as ações ou serviços desejados.
- Nossa intenção é garantir atendimento às crianças de um particular território e espaço (bairro, vila, favela, acampamento de sem-terra, crianças indígenas, filhos pequenos das famílias de mais baixa renda do município, famílias e crianças ribeirinhas, criança do campo, crianças da floresta etc.)? Definido o “público alvo”, identificam-se as secretarias/setores e instituições que se relacionam com ela, se ocupam de seu atendimento. Essas, então, serão convocadas a fazerem um plano de ação conjunta.
- Queremos atender todos os direitos das crianças de 0 a 6 anos? Começamos relacionando os direitos. Para isso, pegamos a Convenção dos Direitos da Criança, a Constituição Federal, o ECA, as leis setoriais (saúde, educação, assistência social, direitos humanos e aquelas que tratam de itens específicos). Em seguida, identificamos os órgãos do governo e da sociedade civil, os conselhos e outros que atuam no conjunto ou em cada um dos direitos. Talvez cheguemos a perceber que alguns direitos estão esquecidos, sem quem deles se ocupe.
- Preferimos começar um programa multissetorial atendendo primeiro aqueles direitos que estão sendo lesados mais visivelmente (direito à educação infantil, saúde, convivência familiar e comunitária, violência física e psicológica, exclusão social, infecções por falta de saneamento)? É fácil identificar quem teria que ser convocado para a ação. Mas, atenção... qualquer direito, mesmo esses que reclamam atenção urgente, faz parte de uma teia de relações com outros direitos e só podem ser atendidos de maneira efetiva se compreendidos nas suas relações e atendidos no contexto.

Um critério, então, pode ser o território e o espaço, entendidos como lugar físico e de significados construídos pelo grupo social que o habita (vila, “periferia”, favela, bairro, condomínio, praia, campo, área de pequenas propriedades rurais, acampamento de sem-terra, aldeia indígena, invasões, cortiço...). Eles têm características que dão certa unidade e uniformidade ao grupo ou um conjunto de características da vida das crianças naquele lugar.

Outro critério são os direitos a serem atendidos: eles passam a definir quem e quantos

órgãos, setores ou instituições vão entrar na definição das ações que irão compor uma política, plano ou programa intersetorial.

Sendo os direitos interdependentes e indivisíveis, é de supor-se que se deveria atender a todos ao mesmo tempo. No entanto, é possível – e às vezes até recomendável – iniciar um plano ou programa voltado a alguns direitos que estejam sendo mais fortemente violados (por exemplo, na saúde o problema da obesidade infantil que vem aumentando aceleradamente; na educação infantil, o atendimento em creches para crianças cujas mães trabalham fora de casa e precisam, mais que outras famílias, daquela instituição de cuidado e educação). É também razoável começar um programa intersetorial com ações em áreas mais afins (por exemplo: educação infantil e saúde da criança mais assistência social às suas famílias; brincar em todos os espaços e acesso à cultura), agregando, aos poucos, outros direitos.

Não obstante, quando é possível começar com todos os setores, deve-se fazer o esforço para alcançar esse propósito. Há política e programa que iniciaram com nove, dez e até mais órgãos governamentais. A sabedoria dos gestores vai determinar quais e com quantos setores é viável começar.

O Plano Municipal pela Primeira Infância, conforme recomendação da RNPI e em coerência com o PNPI, é a opção por uma abordagem mais completa: de todos os direitos e setores. Os municípios que já o elaboraram conseguiram reunir todas as secretarias de governo que direta ou indiretamente tem a ver com as crianças, mais o Poder Legislativo Municipal, o Ministério Público, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, outros conselhos, como de educação, saúde, assistência social, organizações da sociedade civil, associações e grupos não formais. Tendo um objetivo claro em mente, todos os que se reuniam traziam informações sobre seu campo de trabalho, seus projetos e ações. Elas foram se compondo em torno das treze ações finalísticas do PNPI e, até, constituindo outras áreas.

O processo de elaboração do PMPI vem sendo uma “escola” eficiente de aprendizagem sobre trabalho intersetorial, uma oportunidade muito interessante para exercitar o diálogo com colegas de outros setores, abrir mais o campo de visão sobre a criança cidadã no município e sua realização plena e descobrir as conexões das ações que cada um realiza com as de seus colegas. Ninguém precisa renunciar ao que está fazendo nem abdicar da autonomia própria do seu setor. Ao ver como suas ações se encaixam no conjunto, quanto as ações de seus colegas têm a ver com as suas, percebe-se, também, que novas áreas e ações são possíveis e necessárias para completar o leque de direitos atendidos. E surge a alegria de estar trabalhando solidariamente por uma causa comum: a qualidade de vida, o desenvolvimento amplo e a felicidade das crianças na Primeira Infância.



# 3. Já estamos neste caminho – políticas e programas intersetoriais

Damos, a seguir, uma breve notícia sobre políticas e programas intersetoriais com diferentes graus de articulação e diferentes critérios agregadores. Uma informação mais ampla sobre eles é dada no Anexo III.

## 3.1 De iniciativa federal:

### Programa Brasil Carinhoso.

Articula três setores: Desenvolvimento Social, Educação e Saúde. É uma iniciativa da Presidência da República, para melhorar as condições de vida, saúde, alimentação e educação de crianças de 0 a 6 anos (depois foi ampliado para idades maiores), em que três Ministérios atuam em conjunto, em parceria com os Municípios. O alvo são todas as crianças das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, portanto, com o foco naquelas em situação de vulnerabilidade econômica. Utiliza as estruturas existentes para os diversos objetivos do Programa: creches e pré-escolas, postos de saúde e centros de assistência social. As primeiras, para garantir a educação infantil, reforçar a alimentação, via merenda escolar, estender às crianças as ações do programa saúde na escola, suplemento alimentar – Vitamina A e Sulfato Ferroso. Os postos e serviços de saúde asseguram a vacinação. E os serviços de assistência social, atuam no fortalecimento de vínculo e convivência familiar e comunitária.

### Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis – EBBS

Não é um novo programa, mas uma estratégia de organização dos programas e ações que visam ao desenvolvimento integral da criança nos seis primeiros anos de vida. Seu objetivo é contribuir no fortalecimento do pacto interfederativo pela formulação e implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) – destacando em seu texto o cuidado fundamental com o desenvolvimento na Primeira Infância e construção de cidadania.

Uma Portaria do Ministro da Saúde (MS) institui a EBBS e convida profissionais de diferentes organizações e especialidades para contribuírem no seu desenho. E um documento base define a proposta de trabalho conjunto do Ministério da Saúde e Prefeituras. O MS apoia a realização de cartografia (identificação, nas distintas localidades, das ações que se destinam ao desenvolvimento da criança na Primeira Infância) e de intervenções que fortaleçam iniciativas setoriais e intersetoriais, inclusive a contratação de profissionais apoiadores/facilitadores. A participação do MS contempla também o estabelecimento ou o fortalecimento de vínculos com os atores e agentes das ações locais, com metodologia específica e tecnologias relacionais.

Sua estrutura básica consta de uma Coordenação Nacional (Fiocruz/Instituto Fernandes Figueira), um Grupo Executivo Nacional e Grupos Executivos locais, coordenados pelo apoiador/facilitador.

Realizam-se reuniões, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Unidades Básicas de Saúde (UBS), da qual participam o Prefeito, os Secretários de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social e atores da sociedade civil para apresentar e analisar situações-problema. Estas vão para espaços ampliados de debate – Oficinas – em que outros atores tomam parte. Elas são também debatidas pela Coordenação Nacional e pelo Grupo Executivo Nacional para propor as ações que tragam solução aos problemas.

Na fase atual da EBBS, a ação do MS se concentra em formar profissionais e gestores (consultores/apoiadores) e coordenadores estaduais e municipais de saúde da criança em todo o país.

A intersetorialidade é a nota mais forte da Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis. É, também, a característica da EBBS que os profissionais que dela participam consideram mais exitosa.

## 3.2 De iniciativa estadual

### Primeira Infância Melhor / PIM – Rio Grande do Sul

O PIM foi implantado em 2003, no Estado do Rio Grande do Sul, como iniciativa da Secretaria de Saúde, que contou, desde o início, com outros órgãos setoriais (Educação, Cultura, Trabalho e Desenvolvimento Social, - nas esferas estadual e municipal, mais Justiça e Direitos Humanos e Política para as Mulheres, como setores de apoio, no âmbito estadual). Tornou-se uma Política de Estado, transcendendo períodos governamentais tanto estaduais quanto municipais e as mudanças de partidos eleitos para sucessivas gestões. É, basicamente, uma ação transversal de promoção do desenvolvimento da criança na Primeira Infância. O objetivo é oferecer às famílias, a partir de sua cultura e experiência, informações, orientações e apoio para que, por meio dela e nela, a criança tenha o melhor ambiente, os melhores estímulos, as interações mais adequadas para seu desenvolvimento, desde a gestação até seis anos de idade. Esse objetivo é realizado por meio de visitas domiciliares semanais e reuniões na comunidade. Os municípios têm autonomia para iniciativas próprias, complementares e de expansão do escopo do programa.

A base da ação é a família e a comunidade; a estratégia para a oferta dos serviços é a intersetorialidade. A visita ao domicílio, feita por visitadores com formação para a atividade, aproxima os serviços da realidade concreta e cotidiana das famílias e abre as portas ao setor público para um conhecimento mais próximo das características, potencialidades e necessidades de cada ambiente familiar e social. A atenção paralela das famílias nas Unidades Básicas de Saúde ou CRAS asseguram efeitos mais duradouros das ações objeto das visitas domiciliares.

O conceito amplo de cuidado – atenção integral a todas as dimensões da criança pessoa e cidadã – abriu o leque de serviços, conduzindo o programa à abordagem multidisciplinar e à estratégia da intersetorialidade. O programa credita o êxito na execução das ações à superação de práticas fragmentárias na atenção às famílias em situação de risco ou vulnerabilidade.

### Mãe Coruja Pernambucana – Pernambuco

O Programa Mãe Coruja Pernambucana tem como objetivo reduzir a mortalidade infantil, materna e monitorar o desenvolvimento de crianças nos primeiros cinco anos de vida. Integram o Programa nove secretarias de Estado: Saúde; Educação; Desenvolvimento Social, Criança e Juventude; Turismo, Esporte e Lazer; Planejamento e Gestão; Agricultura e Reforma Agrária; Mulher; Casa Civil; Micro e Pequena Empresa, Qualificação e Trabalho.

O Programa estruturou-se a partir de um Modelo de Gestão Intersetorial, Integrado e Descentralizado baseado na leitura sistemática do território e nas ferramentas de planejamento estratégico: Mapa da Estratégia, Sala de Situação e o Sistema de Informação do Programa – SIS Mãe Coruja.

Dizem os criadores e gestores do Programa, “enfrentar as questões intersetoriais exige

dos gestores e técnicos o conhecimento da realidade, o planejamento e a tomada de decisões racionais, priorizando as ações que tenham maior efetividade e eficiência no uso dos recursos para a promoção de Políticas Públicas”.

### 3.3 De iniciativa municipal

#### **Política Municipal para a Primeira Infância “São Paulo Carinhosa” – São Paulo/SP.**

O objetivo da Política é articular e coordenar ações voltadas à promoção do desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos no município. Parte da concepção de criança e infância adotada pelo PNPI e da determinação de que as ações a serem programadas devem visar à promoção do desenvolvimento integral da Primeira Infância. Essa Política leva em consideração as crianças em suas múltiplas interações, relacionamentos e vínculos com a escola, a família, a comunidade, os serviços de saúde e de assistência, a cidade, a vara da infância e juventude, dentre outros.

A visão holística assumida por essa Política requer que todos os espaços de interface com a criança sejam promotores do desenvolvimento infantil, envolvendo as dimensões física, cognitiva, social e emocional.

O Comitê Gestor, criado por Decreto do Prefeito, vinculado diretamente ao seu Gabinete e coordenado pela Primeira-Dama, é composto de 14 Secretarias: I - Secretaria do Governo Municipal; II - Secretaria Municipal de Educação; III - Secretaria Municipal da Saúde; IV - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; V - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; VI - Secretaria Municipal de Cultura; VII - Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação; VIII - Secretaria Municipal de Segurança Urbana; IX - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres; X - Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial; XI - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida; XII - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; XIII - Secretaria Municipal de Serviços; XIV - Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras.

Esta disposição e ordenamento colocam a Primeira Infância como prioridade política do governo municipal, integrando-a ao Programa de Metas do Governo, que é monitorado e acompanhado pela Secretaria de Planejamento.

Reuniões periódicas do Comitê Gestor e deste com grupos menores de Secretários para definir as estratégias e linhas de ação ocorrem com frequência.

#### **Programa Cresça com seu Filho – Fortaleza.**

O objetivo do Programa é assistir às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, a partir de sua cultura e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças no período da gestação e do nascimento aos três anos.

Participam do planejamento e da execução do Programa o Comitê Gestor Municipal para o Desenvolvimento da Primeira Infância – CGDI, a Coordenação Geral, a Coordenação Técnica, a Coordenação Administrativa Financeira, o Grupo Técnico Municipal, as Supervisões Regionais V e VI, Monitores (Enfermeiros/as) e Visitadores/as (Agentes Comunitários de Saúde).

Visitas domiciliares semanais a cada família e oficinas com os pais e cuidadores são as formas de intervenção do Programa.

Os órgãos envolvidos são: Gabinete da Primeira Dama, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social e Comba-

te à Fome, Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Universidade Federal do Ceará e Instituto da Primeira Infância, Ministério da Saúde e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

### **Semana do Bebê – Iniciou em Canela, no Rio Grande do Sul e atualmente é realizada em mais de três centenas de municípios.**

A Semana do Bebê é uma estratégia de mobilização social que visa dar efetiva prioridade, nos municípios, ao direito à sobrevivência e ao desenvolvimento das crianças de até seis anos. É apoiada pelo UNICEF em todo o País, tendo sido realizados, até hoje, 801 eventos em 580 municípios. A essência da iniciativa é que os municípios realizem, durante uma semana, uma grande mobilização em favor da Primeira Infância. A programação envolve diversas atividades, a depender da criatividade e da diversidade dos recursos locais. Entre elas estão: debates, palestras, reuniões de estudo, cursos, oficinas, seminários temáticos, concursos, mesas redondas, programas de rádio e TV, entrevistas, reportagens na imprensa local, exibição de filmes sobre a temática das relações familiares, criação de espaços para brincar, decoração das vitrines das lojas e da cidade com temas alusivos ao bebê, passeata dos bebês, bênção de crianças, gestantes, mães e de espaços de atenção a esse público.

Iniciou no município de Canela/RS, no ano 2000, numa iniciativa de médicos psiquiatras, professores de medicina da universidade e radialista, que logo foi ganhando apoio da comunidade e da administração municipal. Em 2006 foi instituída em lei municipal. Rapidamente foi obtendo divulgação no país e no exterior. Em Canela, testemunham que a Semana do Bebê "... deixa de herança o aprendizado do trabalho em rede, uma realidade sem possibilidade de retrocesso e um novo olhar em relação ao bebê. A principal mensagem da Semana, absorvida pela comunidade, foi a da importância de cuidar do bebê desde a gestação, favorecendo uma ligação segura entre mãe e filho, indispensável para a criança desenvolva todo seu potencial cognitivo, motor e socioafetivo" (Como realizar a Semana do Bebê em seu Município. UNICEF, 2010, pág. 18). E, para a administração municipal, o principal avanço decorrente da Semana do Bebê foi "aprender a trabalhar em rede, com todos os órgãos municipais focados no programa" (Vilmar Santos, Secretário Municipal de Assistência Social)

A Semana do Bebê tornou-se um evento oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Centenas de municípios do Estado também a realizam, com apoio do PIM. E, no País, com o apoio do UNICEF, vem ganhando ano a ano novas adesões.

As instituições e grupos normalmente envolvidos são: prefeituras, os clubes de serviço, ONGs voltadas para a proteção da criança e do adolescente, entidades de classe de trabalhadores e empresariais, associações de bairro, igrejas, meios de comunicação, escritores, atores, produtores, cineastas, trabalhadores da área da cultura, grupos de jovens, e outros grupos que ajudem a unir a comunidade em torno desse objetivo.

Trata-se, verdadeiramente, de uma ação multissetorial realizada por muitas organizações e especialidades da atenção direta ou indireta à criança.

## **3.4 De iniciativa da sociedade civil e governo**

### **Plano Nacional pela Primeira Infância – PNPI**

Foi elaborado pela Rede Nacional Primeira Infância, formada, na época, por 70 organizações. A estratégia que possibilitou a construção desse Plano com a participação de quatro Ministérios (Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Secretaria de Direitos Humanos), do CONANDA, de três organismos internacionais (UNESCO, UNICEF E OPAS) e de um grande número de organizações da sociedade civil foi a definição de um ponto de partida consensual: a concepção de criança, de infância e os princípios e diretrizes que deveriam guiar os

objetivos e metas dos diferentes temas. Com isso, os capítulos que tratam das ações finalísticas e das ações meio não se agregam como peças justapostas, mas constituem um todo orgânico, harmônico, que convergem para a formação e o desenvolvimento das crianças como cidadãos sujeito de direito. O debate democrático de todas as questões em assembleia da Rede Nacional Primeira Infância possibilitou a construção dos consensos e uma linguagem comum e estabeleceu os parâmetros para a ação dos diversos grupos temáticos. A coordenação da elaboração do Plano teve um papel fundamental no intercâmbio permanente entre os grupos temáticos e toda a Rede.

## **Plano Distrital pela Primeira Infância – Distrito Federal**

A Secretaria da Criança formou um Grupo de Trabalho com o intuito de elaborar o Pacto Distrital pela Primeira Infância, que estabeleceu diálogo estreito e permanente com entidades da Sociedade Civil que atuam na área da Primeira Infância, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA-DF) e Conselho de Assistência Social (CAS-DF). Uma das recomendações do Grupo, constante do Pacto, foi a elaboração do Plano Distrital pela Primeira Infância, consoante as orientações da RNPI e do Plano Nacional pela Primeira Infância. Um Decreto do Governo do DF criou o Comitê pela Primeira Infância destinado a elaborar esse Plano Distrital.

O Comitê é coordenado pela Secretaria da Criança, e é formado por representantes dos seguintes órgãos e instituições: Secretaria de Estado Da Criança, Secretaria de Estado Da Mulher, Secretaria de Estado De Cultura, Secretaria de Estado De Educação, Secretaria de Estado De Saúde, Secretaria de Estado de Esporte, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria de Estado de Governo, Casa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Defensoria Pública do Distrito Federal, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, Núcleo de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília, Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do Distrito Federal, Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, Casa de Ismael – Lar da Criança, Centro Comunitário da Criança, Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil/DF, Conselho de Assistência Social, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal, Instituto Berço da Cidadania, Instituto C&A, La Casa Incierta – Arte Para Bebês, Lar da Criança Padre Cícero, Organização Mundial para Educação Pré-Escolar – OMEP/DF, Rede Nacional Primeira Infância, Sociedade de Pediatria do Distrito Federal)

Após a aprovação do Plano Distrital pela Primeira Infância pelo Conselho de Direitos e seu lançamento oficial pelo governo, o Comitê recebeu, também por Decreto, nova atribuição: aprimorar a integração das políticas distritais para criança de até seis anos de idade e monitorar, avaliar e fiscalizar a implementação do Plano Distrital pela Primeira Infância.

O Comitê tem uma meta a ser realizada: a criação de uma Coordenação de Políticas para Primeira Infância, no âmbito da Casa Civil, com o objetivo de articular e coordenar as políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos de idade do DF.

## **Planos Municipais pela Primeira Infância:**

### **De Nova Iguaçu:**

Aprovado em novembro/2013 pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, o Plano contém um diagnóstico da realidade das crianças no município, informações sobre as políticas públicas na cidade e propostas de ações em 13 temas relacionados à educação, à assistência social, à cultura, à convivência familiar, ao urbanismo e meio am-

biente, à violência, dentre outros.

Cerca de 170 pessoas de diversas organizações governamentais e não-governamentais participaram de sua elaboração. A iniciativa partiu da ONG Solidariedade França-Brasil com apoio do Instituto C&A e a parceria das organizações do Sistema de Garantia de Direitos de Nova Iguaçu, especialmente o CMDCA, os Conselhos Tutelares, o Fórum DCA e o Núcleo de Creches e Pré-Escolas Comunitárias da Baixada Fluminense (NUCREP) e diversas secretarias municipais.

Foram utilizadas diversas instâncias de debate, tais como encontros, grupos de trabalho e seminários. Crianças de 3 a 6 anos de idade também participaram, por meio de atividades lúdicas, em que expressaram suas vontades, os problemas que vivem no cotidiano e o entendimento que têm da vida pessoal, familiar, na cidade e na escola.

## **De Fortaleza.**

O objetivo do Plano é garantir a proteção e a promoção dos direitos da criança de 0 a 6 anos de forma integral e integrada, no âmbito intragovernamental - com ações intersetoriais entre os órgãos municipais - e no âmbito intergovernamental - com os governos federal e estadual – e em diálogo permanente e democrático com a sociedade civil.

Parte da concepção de criança sujeito de direito e do compromisso de cuidar, educar, proteger e promover a criança. A definição do núcleo dessas dimensões estabelece o leque de ações de cada órgão ou setor, a serem executadas de forma intersetorial.

A Coordenação é feita pelo Gabinete da Primeira-Dama, que acompanha e articula a execução das 64 ações qualificadas e aprovadas em cada Secretaria fim.

Do começo ao fim desse processo, foram dados, estrategicamente, dez passos. O quarto foi a criação de um Grupo Técnico de Trabalho Intersetorial, com as seguintes funções: o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) atuava na mobilização da sociedade civil, dos Conselhos Tutelares em parceria com a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos e Rede da Primeira Infância do Estado do Ceará- REPI-CE ; o Gabinete da Primeira-Dama fazia a articulação com as Secretarias/Coordenadorias fins (Saúde; Educação; Assistência Social; Direitos Humanos), intersetoriais (Cultura. Esporte e Lazer, Meio-Ambiente, Segurança Cidadã, Juventude, Participação Popular e Drogas) e executivas-meio (de Governo, Planejamento, Infraestrutura, Habitação e sete Secretarias Regionais).

## **Programa Prefeito Amigo da Criança – PPAC, da Fundação ABRINQ e Prefeituras Municipais**

O objetivo do Programa é mobilizar e apoiar tecnicamente os municípios para a implementação de políticas e ações que resultem em avanços na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. A intersetorialidade, a articulação, a representação e a participação são os princípios que estruturam o Programa. No fundo, ele conduz a políticas asseguradoras de direito às crianças e adolescentes.

Na maior parte dos casos, o atendimento a objetivos estratégicos envolve atividades intersetoriais, multidisciplinares ou multiprofissionais que escapam aos limites das atribuições e competências de um determinado setor ou órgão, exigindo novas formas de trabalho e, principalmente, de coordenação, às quais a administração não está habituada.

Uma Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação tem a função de acompanhar e avaliar a execução do PPAC no município. Além disso, ela está incumbida de fortalecer o diálogo da sociedade civil com a gestão pública. A Comissão deve ser mista, paritária e representativa. Sugere-se que seja presidida pelo presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## Primeiríssima Infância – Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) e Prefeituras Municipais

O programa visa: 1) estimular e desenvolver governança local para construir políticas públicas integradas, que priorizem a promoção do desenvolvimento infantil; 2) qualificar o atendimento das gestantes e crianças de zero a três anos nos serviços de Saúde, Educação Infantil e Desenvolvimento Social; 3) mobilizar e sensibilizar as comunidades locais para a importância da atenção à Primeira Infância e 4) avaliar, sistematizar e disseminar o conhecimento gerado durante a experiência para a aplicação, em escala, por outros municípios.

Um Comitê Gestor Municipal, com a participação de representantes das áreas de atendimento à criança de 0 a 6 anos, ONGs, Universidades, grupos religiosos, dentre outros, é incumbido da implementação e sustentabilidade do Programa. Sua função é planejar e definir prioridades, articular as ações entre os diversos setores da sociedade, monitorar e avaliar o Programa. Cada Comitê tem um articulador para coordenar o desenvolvimento do programa.

A meta do Primeiríssima Infância é criar uma estrutura de governança que dê sustentabilidade à política municipal pela Primeira Infância.

O plano de ação, as estratégias, metas e demais ações do Programa são amplamente discutidos, compartilhados e definidos com base em uma participação democrática e transparente.

Entre os efeitos produzidos pelo Programa estão a ampliação de parcerias entre diferentes setores (governo, privado e terceiro setor) para priorização de ações voltadas à Primeira Infância; a criação de redes municipais de atenção à Primeira Infância, reunindo profissionais e organizações de diferentes áreas geográficas e de atuação, divulgação dos temas na mídia e melhor preparação dos pais apoiar e estimular seus bebês.

## Primeira Infância Ribeirinha (PIR) – FAS, SUSAM, IDIS, Secretaria de Educação do Estado do Amazonas e Universidade

O Projeto é uma iniciativa conjunta da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SUSAM) e do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), financiado pela Fundação Bernard van Leer. Ele conta com um Comitê Técnico para sugerir estratégias de acesso e atendimento às crianças das áreas ribeirinhas do Amazonas. E com a assessoria técnica do PIM – Primeira Infância Melhor.

Seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento integral das crianças nas comunidades ribeirinhas do Amazonas. De forma mais ampla, ele almeja subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas para o desenvolvimento da Primeira Infância no Estado do Amazonas.

O acompanhamento das crianças é feito pelos profissionais dos próprios municípios, ligados à Estratégia de Saúde da Família e ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde.



## 4. Perguntas e respostas

### 1. Como se poderia definir “intersectorialidade” na sua abrangência maior e na prática das políticas públicas para a Primeira Infância?

O conceito geral é definido pela professora Telma Maria Gonçalves Menicucci da seguinte forma: “A intersectorialidade significa uma nova maneira de abordar os problemas sociais, enxergando o cidadão na sua totalidade e estabelecendo uma nova lógica para a gestão da cidade, superando a forma segmentada e desarticulada como em geral são executadas as diversas ações públicas encapsuladas nos vários nichos setoriais que se sobrepõem às subdivisões profissionais ou disciplinares” (6).

A definição aplicada às políticas para a Primeira Infância é dada pelo Comitê Técnico sobre Intersectorialidade, da RNPI, com as seguintes palavras: “Uma estratégia programática e financeira para atender os direitos da criança a partir dela mesma na sua integralidade pessoal e em suas relações sociais, culturais e ambientais”.

### 2. Quais os caminhos para chegar a uma política intersectorial?

Um caminho pode ser reunir os diversos setores que realizam ações voltadas às crianças e articular as ações deles em torno de um objetivo único: a atenção integral à criança. Cada secretaria municipal ou órgão com atribuições na área da atenção à criança diz o que faz e o que poderia fazer a mais. Conta, também, como atua. Da conversa vai resultar o entendimento sobre as ações que podem ser realizadas juntamente, no mesmo espaço, no mesmo tempo e por uma equipe de profissionais de um ou mais secretarias. O passo seguinte seria formar grupos de gestores e técnicos por blocos de ações passíveis de articulação. Cada grupo fica encarregado de definir as atividades conjuntas, quando e como.

O outro caminho é inverso. Parte da criança e chega às ações necessárias e importantes para garantir os seus direitos. Não importa, neste primeiro momento, dizer a que secretaria cabe fazer cada uma dessas ações. Um segundo passo é relacionar as ações: as que se assemelham, as que se complementam, as que se realizam no mesmo espaço físico, as que incidem nas mesmas idades ou se destinam ao mesmo grupo de crianças (segundo as características que se tem em vista) etc. Agrupadas dessa forma, dá-se o próximo passo: que órgãos (secretaria, setor, instituição) realizam ações em cada um dos blocos. E, finalmente, formam-se grupos de trabalho intersectoriais para as ações definidas como intersectoriais.

### 3. Essa ideia de articular setores não vai complicar a administração e trazer problemas para o/a Prefeito/a? Não seria melhor deixar cada secretaria continuar fazendo o que está fazendo, desde que o faça bem feito?

Pode trazer uma dificuldade adicional no começo. À medida que o programa vai se realizando, todos vão aprendendo a trabalhar juntos e vão pegando jeito e gosto. Só em ver quanto isso agrada as famílias e atende melhor as crianças as dificuldades e possíveis dores de cabeça se amenizam e se convertem em satisfações.

É um desafio. E quem o enfrenta com disposição depois olha para trás e vê que, se foi difícil, não foi impossível... A conclusão de quem vem trabalhando intersectorialmente é de que vale a pena.

#### 4. Que estratégia oferece maior chance de êxito na iniciativa de uma política intersetorial para a Primeira Infância?

Uma boa estratégia – e seguramente a mais eficaz – é o/a próprio/a Prefeito/a tomar para si a iniciativa de convocar os/as Secretários/as municipais para formularem juntos a política ou o programa intersetorial. Seria bom que ele/ela também coordenasse as reuniões. É importante instituir uma sistemática de reuniões de planejamento, acompanhamento e avaliação da política ou programa intersetorial no gabinete do/a Prefeito/a. É também interessante fazer as reuniões em rodízio entre as secretarias, de sorte que todas se sintam igualmente importantes.

O conhecimento que o/a Prefeito/a tem do conjunto da administração, dos problemas e das possibilidades do Município lhe dá condições ótimas para coordenar esse trabalho de articulação.

A decisão política é muito importante. Mas não basta. Há casos em que é preciso “sacudir” as estruturas rígidas da administração que resistem à mudança.

Patrícia Lacerda, Gerente Educação, Arte e Cultura - Instituto C&A, observou, em vários projetos e ações em que atua, que a base sobre a qual se levanta um trabalho intersetorial pela criança no município é a prioridade que o prefeito dá, no seu programa de governo, a uma política com essa visão integrada. A distribuição dos recursos, no orçamento, de sorte a contemplar todas as ações com equilíbrio, é uma consequência.

Ela sugere, ainda, que se instituem conselhos de controle social nos municípios, com a atribuição de fazer a articulação entre as necessidades e demandas das comunidades, das famílias e das crianças e o governo. Geralmente os problemas são complexos, envolvem diversos fatores e requerem ações integradas de mais de um setor, de sorte que sua solução fica mais fácil, mais econômica e efetiva se forem atendidos em conjunto pelos setores que tem a ver com aqueles problemas.

#### 5. Existe uma técnica que facilita esse trabalho de articulação das secretarias e das ações em torno de um eixo comum?

Ana Estela Haddad, encarregada de coordenar a política intersetorial do município de São Paulo para a Primeira infância, conta sua experiência. : “Na etapa inicial de trabalho buscamos atuar para dentro do governo, demandando das várias secretarias as ações existentes e o que se teria a propor. Foi muito interessante, porque diferentes setores se debruçaram sobre o mesmo tema, e cada um trouxe contribuições. Para fora, procuramos estabelecer contatos e conhecer as experiências existentes em âmbito municipal, nacional e internacional sobre o tema. Dentro do governo o desafio está em sincronizar e priorizar uma agenda em comum, entre tantas prioritárias, mas temos a vantagem que todas as ações integravam um mesmo projeto político, e todos estamos envolvidos na mesma causa maior, a partir de uma mesma perspectiva”.

Disposição para o aprendizado, compreensão mútuos e muita disposição e flexibilidade para compor e buscar consensos são três coisas importantes, segundo ela, para conseguir essa meta.

Maria Thereza Marcilio, gestora da AVANTE, mobilização e ação social, também nos traz uma valiosa experiência. Ela nos diz que “o motor que levou à articulação de diferentes setores em vários programas que estão em curso no Brasil foi a intenção política do gestor e a competência técnica das equipes envolvidas, motivadas para uma ação integrada. Daí, a identificação do setor que assume a coordenação e a existência de recursos de todas as áreas envolvidas são os impulsionadores operacionais”.

Temos, então, quatro passos fundamentais: 1) a decisão do dirigente governamental, 2) a motivação de uma equipe competente para o trabalho integrado, 3) acerto na indicação do órgão que coordena a ação integrada e 4) a conjugação de recursos das diferentes áreas e setores para a ação integrada.

## **6. Seria uma boa medida criar uma secretaria de articulação intersetorial?**

A medida mais eficaz, sem dúvida, é o/a Prefeito/a tomar para si a iniciativa da articulação. A coordenação é feita no e a partir do seu gabinete. Quando sua agenda não lhe dá espaço para mais essa atividade, outro órgão, com poder e liderança, deve ser criado ou designado.

O Governo do Distrito Federal criou o Comitê pela Primeira Infância, coordenado pela Secretaria da Criança, e integrado por dez Secretarias de Estado, pela Defensoria Pública, Coordenadora da Juventude, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho de Assistência Social e Entidades da sociedade civil.

O Governo do Estado do Ceará criou o Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Gestão e integrado por cinco Secretarias de Estado e pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. O Decreto de criação do Comitê lhe confere poder de convidar outros órgãos do governo e da sociedade civil para participar de seus trabalhos.

Alguns Prefeitos têm optado por criar uma secretaria ou um comitê de gestão intersetorial. Esses órgãos devem ter um status superior às secretarias setoriais, para terem autoridade e liderança para convocar reuniões e cobrar as ações definidas no plano multissetorial. Nesse caso, não é necessário que o/a Prefeito/a faça pessoalmente a chamada para as reuniões e delas participe. Mas é importante que ele/ela seja sempre informado pela secretaria ou comitê de gestão intersetorial e acompanhe o trabalho. E sempre se faça presente quando o assunto exige.

Neste documento, citamos duas iniciativas intersetoriais – São Paulo e Fortaleza - em que a Primeira Dama é a encarregada de articular os setores, coordenar as ações e apoiar os esforços da política municipal integrada pela Primeira Infância.

## **7. Planejar para o território e para um espaço determinado pode facilitar o trabalho intersetorial?**

Sim, porque, visualizando a população infantil que vive naquele espaço, pode-se definir com relativa precisão o que é preciso fazer ali para que todas as crianças tenham seus direitos atendidos e que órgãos do governo e da sociedade civil, em parceria com o governo, podem atuar.

Um exemplo de ação baseado no território é a EBBS. Foi feito um mapa (cartografia) dos problemas que afetavam a vida e o desenvolvimento pleno das crianças, de todas as ações realizadas na localidade e das relações ou vínculos entre os agentes dessas ações. A partir daí, foi fácil fazer um plano de ação conjunta para atender ao que se havia definido como ações naquele espaço. A apresentação das situações-problema e das potencialidades da localidade foi feita nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS), na presença do Prefeito, dos Secretários de Saúde, Educação e de Desenvolvimento Social e de representantes de organizações da sociedade civil.

A experiência da Liése Serpa na coordenação geral do PIM esclarece: “A criança está inserida em um contexto. Sua formação e desenvolvimento dependem de vários fatores: ambiente saudável, vínculo afetivo, compartilhamento e vivências culturais intrafamiliares e comunitárias, entre outros. Neste sentido uma agenda pública para fortalecer as competências familiares na relação com o desenvolvimento e crescimento das crianças exige, ou vislumbra a integração das diversas áreas já trabalhadas e priorizadas em cada Rede”. Segundo ela, portanto, ter o foco na criança em seu ambiente familiar facilita a elaboração de uma agenda em conjunto em que cada secretaria municipal e outros órgãos de serviço à criança se veem como atores.

## 8. Que são “redes” locais e comunitárias, e como podem elas facilitar ações integradas no território?

Clovis Bouffleur, coordenador da Pastoral da Criança, nos relata uma lição aprendida nos longos anos em que essa iniciativa opera verdadeira mudança no atendimento dos direitos da criança, principalmente no direito à vida, à saúde, à alimentação, ao brincar e à convivência familiar e comunitária. Diz ele: “As soluções para os problemas sociais podem ter como ponto de partida o diálogo e articulação das famílias e lideranças locais. Ao divulgar para mais pessoas as necessidades sentidas das comunidades abrimos espaço para encontrar soluções colaborativas para envolver a sociedade e os governos”.

A comunidade forma redes de cuidado e proteção à criança. Com o apoio de uma organização da sociedade ou do governo, essas redes funcionam como verdadeiras malhas intersetoriais.

## 9. Como podemos saber se o município está atuando na perspectiva da intersetorialidade?

O roteiro a seguir, inspirado e adaptado dos “Níveis de intersetorialidade – coordenação intersetorial de políticas públicas”, do Programa Bolsa Família, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pode situar a posição do município no caminho da articulação intersetorial.

Nível	Evidência
0	Os órgãos setoriais (secretarias, conselhos etc.) que têm a ver com algum direito da criança agem separadamente, de forma independente
1	Os órgãos trocam informações ocasionalmente sobre suas atividades
2	Estabelecem diretrizes para todos, procuram ter uma linguagem comum, evitam conflitos e divergências nas ações que se interligam
3	Criam equipe técnica para trabalhos pontuais conjuntos
4	Comunicam-se sistematicamente. Informam-se regularmente sobre as ações que estão realizando. Procuram adequar suas ações às dos outros setores
5	Existe um órgão central de coordenação da política intersetorial, com capacidade para tomar decisões relativas aos trabalhos conjuntos e às ações articuladas
6	Os órgãos setoriais fazem planejamento conjunto, elaboram um plano integrado para atendimento integral à criança, com as ações das diferentes áreas, articuladas e complementares.

## 10. Devemos começar com todos os setores? Ou é possível e produtivo ir aos poucos no processo de articulação setorial?

Há situações mais complexas, em que é recomendável ir aos poucos. Convidar inicialmente aqueles setores que tem mais afinidade de trabalho na área da criança, por exemplo, educação infantil, saúde da criança, assistência ou desenvolvimento social, direitos humanos. Aos poucos, outros setores passam a ser convidados. A escolha deve obedecer ao critério da maior afinidade com a atenção à criança e ao interesse em fazer parte das ações articuladas. Progressivamente podem ser agregados cultura, meio ambiente, desenvolvimento urbano, agricultura, segurança. O importante é manter o foco nos direitos da criança.

A decisão de elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância em consonância com o Plano Nacional implica começar com todos os setores para atender a todos os direitos de todas as crianças no município. Parece tarefa pesada, mas ela tem uma vantagem: põe à frente de todos um objetivo concreto, uma meta desafiadora, um horizonte de esperança para as crianças. Se as equipes técnicas tiverem o apoio formal e presente do/a Prefeito/a, com garantia de que o trabalho será valorizado, elas seguirão em frente com gosto e produtividade.

## 11. Quais seriam as dificuldades estruturais para a visão e a ação intersetorial?

Na análise da Ely Harasawa, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, existem três:

- Os sistemas de informação e o modelo administrativo, que se estruturam numa perspectiva contrária, compartimentada e em alguns casos, incompatíveis (bancos de dados, orçamento e Ministérios e Secretarias de governo separados por setores específicos);
- Falta da “cultura do diálogo” e
- A lógica dos serviços públicos de que o que se pode oferecer é o que os sistemas permitem e não de que os serviços devem atender as necessidades dos cidadãos.

Mudar o modelo administrativo está fora de cogitação, por isso, temos que buscar uma forma de construir a visão global e articular o trabalho de todos em torno dessa visão. E isso pode ser feito resolvendo os dois problemas apontados pela Ely: o diálogo e a inversão de lógica na definição e oferta dos serviços. Se partimos da criança, pessoa e cidadã, em seu contexto familiar, social, econômico e cultural, de suas necessidades e direitos, para definir o que deve ser feito e o que cada setor pode fazer, a lógica se inverte e... eis que todos os setores convergem.

Em relação aos bancos de dados (estatísticas), também é possível avançar por meio do diálogo entre os que formulam questionários de levantamento de informações e seus usuários. Sobre o orçamento, comentamos em outro item deste texto.

## 12. Que problemas podemos encontrar antes e durante o trabalho pela adoção da prática intersetorial?

Apresentamos oito dificuldades ou entraves anotados pela ONG Avante – Educação e Mobilização Social, trazidos pelos municípios que construíram seus PMPI ou que estavam recebendo orientação para sua elaboração. Em seguida, fazemos alguns comentários e sugestões para sua solução.

- Desconhecimento das atribuições e responsabilidades das instituições integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, inclusive do seu próprio papel dentro dos três eixos que compõem o sistema – promoção, controle social e defesa;
- Desconhecimento dos programas e serviços existentes no município e prestados pelas outras áreas ou instituições
- Equipes técnicas pequenas, geralmente assoberbadas pelo trabalho cotidiano relacionado à sua função e à sua área, com pouco tempo para integrar, articular, planejar ou atuar de forma articulada
- Falta de uma política pública voltada para a Primeira Infância no município, que promova a integração das áreas
- Falta de prática em analisar criticamente dados e informações para fazer o diagnóstico local e identificar ações prioritárias
- Pouca experiência em construção coletiva, em organizar, integrar e sistematizar informações
- Intersetorialidade mais como discurso do que transposição prática, em razão da dificuldade de visualização de como pode efetivamente acontecer e se concretizar no dia a dia
- Não percepção imediata do que um projeto, programa ou ações integradas (intersectorializadas) trazem de ganhos para cada setor e para todos.

Como resolver esses problemas?

Os itens 1 e 2 se resolvem com encontros. Boas conversas dos coordenadores, gerentes, técnicos, profissionais das várias secretarias ou órgãos que atuam na área da criança, contando o que cada um faz e como atua não só vai abrir o como também vai mostrar como todos estão voltados para o mesmo objetivo final, como estão próximos na ação. E, certamente, despertará a admiração de uns pelos outros e a valorização dos respectivos trabalhos.

O item 3 é mais complicado, pois depende da possibilidade de fortalecer as equipes. Alguns Prefeitos têm chamado de volta para seus órgãos de origem profissionais cedidos para outras instituições. Outros ampliaram o número de técnicos por meio de concursos públicos ou contratações temporárias. Outros, ainda, promoveram uma revisão crítica das atividades com vistas a reduzir aquelas que têm menor importância ou constituem perda de tempo. Pode-se, também, apostar que o exercício do trabalho intersectorial vai mostrar, aos poucos, que ele não é um acréscimo, mas um ganho em eficiência. Não se trabalha mais por estar articulado, conectado com outros setores, mas se trabalha diferente.

A dificuldade número 4 é solucionada justamente pela implementação de uma política integral e integrada.

Os itens 5 e 6 se resolvem no processo. Aprende-se fazendo. Trazer os dados de cada secretaria ou instituição para a reunião do grupo intersectorial e comentá-los será uma aprendizagem grupal gratificante para todos. Pode-se convidar um especialista ou alguém com prática em planejamento para apoiar e dar pistas de reflexão ao grupo na análise dos dados e identificação de ações estratégicas e prioritárias.

Na medida em que se praticam as coisas sugeridas acima (reuniões, boas conversas, troca de experiências, análises conjuntas da realidade e das ações de dois diferentes setores, elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância etc.), o discurso começa a se concre-

tizar. Para ir visualizando como a intersetorialidade pode acontecer, ajuda bastante observar um projeto ou uma atividade que se compõe de ações de dois ou mais setores. Isso pode auxiliar na transposição dos problemas apontados nos itens 7 e 8.

### **13. Como se resolve o problema do orçamento para as ações intersetoriais?**

Considerando que os recursos são alocados em atividades por setor (educação, saúde, assistência social, cultura, segurança, serviços urbanos...), é preciso encontrar uma maneira, dentro das possibilidades que a legislação admite, para cada setor aplicar recursos de seu orçamento às ações integradas. Deve-se observar, entretanto, que a intersetorialidade não significa que cada setor deva abrir mão de suas atividades e seu orçamento. Cada um segue responsável pelas atribuições próprias de sua área. O que se busca é articulá-las.

Mas a medida mais eficaz seria criar no Orçamento, por meio de lei, uma Atividade Inter-setorial pela Primeira Infância. Ali estariam os recursos para ações conjuntas que não teriam cobertura nos orçamentos setoriais.

Seria recomendável contar com um fundo comum. Citamos dois exemplos, um fundo contábil e outro físico. O FUNDEB é constituído de várias fontes: (impostos da União, do Estado e dos Municípios) que se encaminham para a mesma finalidade: manutenção e desenvolvimento da educação básica, incluindo a remuneração dos professores. É bem conhecido dos gestores educacionais, porque 80% do financiamento da educação básica estão regulados por ele (EM 53/2006 e Lei nº 11.494, de 2007). Esse Fundo é original em vários aspectos. Aqui destacamos o fato de criar uma engenharia de reunião de fontes e de partilha de recursos entre as redes estaduais e municipais de ensino com base num critério objetivo: o custo aluno ano segundo etapa e modalidade de educação. É um exemplo típico de integração intrassetorial.

Os Fundos – nacional, estadual e municipal – da Criança e do Adolescente (FIA), formados principalmente por recursos aportados por pessoas físicas (até 6% do imposto de renda devido) e pessoas jurídicas (até 1% do imposto devido). Esses fundos são previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA arts. 88, IV e 260). A Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do CONANDA, orienta a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os Estados têm legislação própria para seu respectivo Fundo Estadual. Os FIAs destinam recursos para programas, projetos e ações que visam a defender ou promover direitos da criança e ou do adolescente.

Uma nova ideia, proposta pela Rede Nacional Primeira Infância ao Governo Federal no final de 2014, é de criar o Orçamento Criança, ou o Orçamento Primeira Infância. Estudos começaram a ser feitos sobre tema. Se a ideia se concretizar, grande parte das dificuldades relativas ao financiamento das ações intersetoriais estará resolvida.

### **14. Que valores o grupo de gestores setoriais deveria cultivar para que seu desejo de fazer uma ação integrada pela Primeira Infância seja mais fácil, amena e construtiva?**

A prática tem ensinado que as seguintes atitudes e valores presentes nas pessoas que se reúnem para um trabalho intersetorial dão agilidade e engrandece, o grupo: espírito de cooperação, solidariedade, corresponsabilidade, capacidade de ouvir o outro e compreender seu ponto de vista, valorização do saber e da competência dos outros, respeito à autonomia de cada setor, desejo de aprender mais sobre sua área a partir da visão do outro setor.

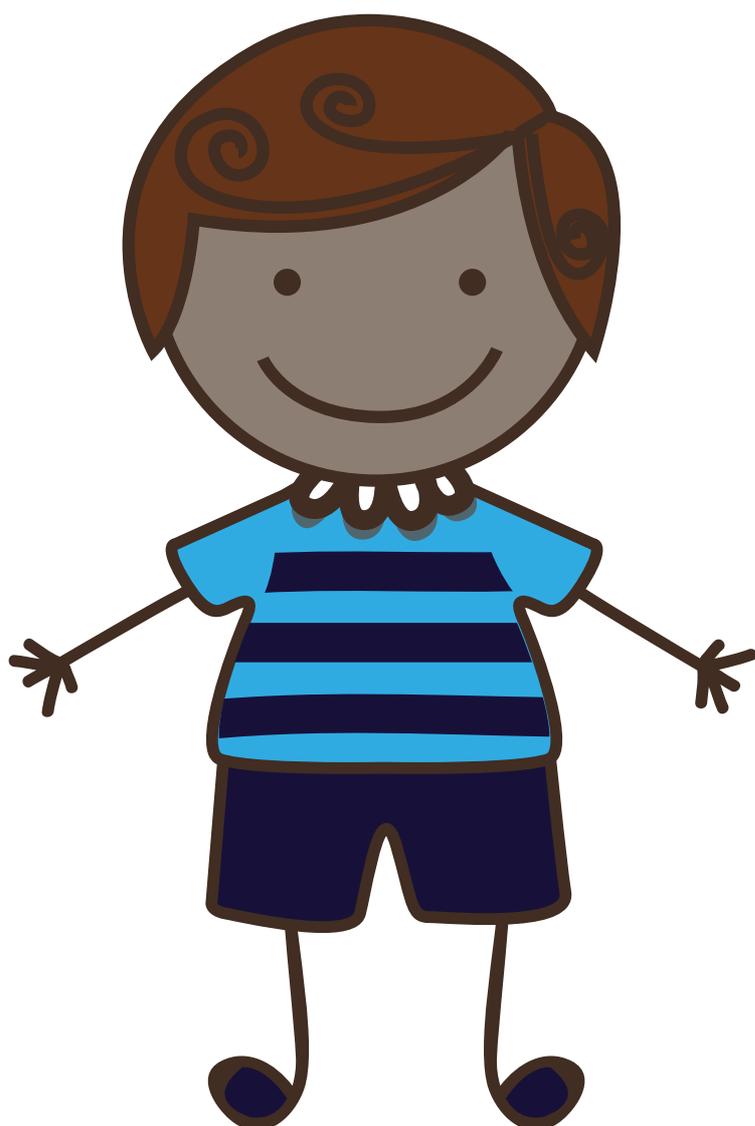
A disposição e a habilidade para trabalhar intersetorialmente não são automáticas, naturais e espontâneas. Interesse e esforço pessoal são necessários. Porque é preciso romper com uma cultura de separação, no serviço público, mudar o comportamento de autono-

mia e individualismo nos setores governamentais, ligar-se intelectual e afetivamente à ideia de visão ampliada pela soma de olhares e de ação conjunta. É preciso fazer a experiência da síntese dos saberes e perceber o efeito das ações integradas sobre o desenvolvimento integral da criança.

### **15. Que bons resultados a intersetorialidade, como estratégia municipal na atenção integral à criança, pode produzir sob o ponto de vista administrativo?**

Os estudiosos do tema, baseados em pesquisas e na avaliação de experiências, têm assinalado vários resultados que compensam o esforço pela adoção dessa estratégia. Entre eles, estão:

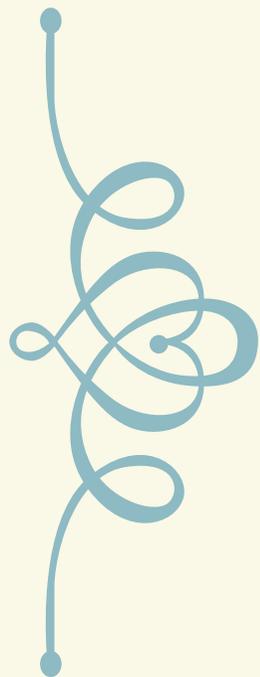
- evita a duplicidade de serviços e lacunas no atendimento
- otimiza os recursos humanos e financeiros, reduz custos globais: tanto do ponto de vista de quem está prestando o serviço como do sujeito que o acessa é mais econômico unificar procedimentos, agrupar equipes e fortalecer a comunicação entre todos
- os efeitos sobre o desenvolvimento da criança de uma atenção integral e integrada são maiores que ações isoladas



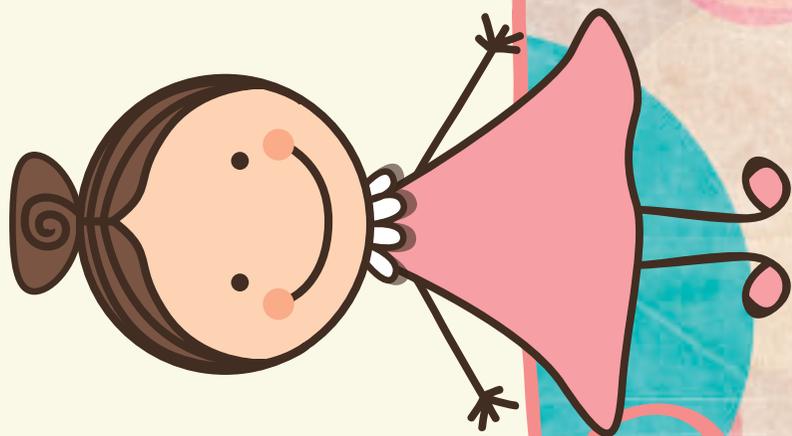


## NOTAS

1. 27ª Seção Especial da Assembleia das Nações Unidas, em maio de 2002.
2. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece quatro âmbitos de ações que dão concretude à aplicação desse princípio: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; e d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude” (art. 4º, parágrafo único).
3. MORIN, Edgar. Rumo ao Abismo? Ensaio sobre o destino da humanidade. Rio de Janeiro: Edit. Bertrand Brasil, 2011.
4. SAINT-EXUPÉRY, Antoine. Cidadela. São Paulo: Editora Quadrante s/d, pág. 7.
5. Usamos as expressões território e espaço nas conceituações que lhes deu Milton Santos “o espaço se define (...) por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções” (SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978, p. 122); “uma organização histórica que abarca a totalidade da vida social que reúne a materialidade e a vida que a anima. (SANTOS, M. Espaço e Sociedade, Petrópolis: Vozes, 1979 ). 6. MINECUCCI, Telma Maria Gonçalves, Intersetorialidade, o desafio atual para as políticas sociais. Pensar BH – Políticas Sociais, Belo Horizonte, v.3, mai/jul, 2002



# ANEXO 1



# Anexo 1

## PARA SABER MAIS

### Leituras para reflexão e aprofundamento

Intersetorialidade, o desafio atual para as políticas sociais. Telma Maria Gonçalves Minecucci. Pensar BH. Política Social, Belo Horizonte, v. 3, p. 10-13, 2002.

Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas, de Sueli do Nascimento, Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n101/06.pdf>

Desafios para Implementação de Políticas Públicas: Intersetorialidade e Regionalização, de Ana Tereza Fernandes, Camila Castro e Juliana Maron. VI Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V\\_CONSAD/VI\\_CONSAD/025.pdf](http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V_CONSAD/VI_CONSAD/025.pdf)

O conceito "Intersetorialidade": contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP, de Marcos Warschauer e Yara Maria de Carvalho, Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.1, p.191-203, 2014. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Vital/Meus%20documentos/Downloads/84859-118952-1-PB.pdf>

Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza, de Luciano Antônio Prates Junqueira, Rose Maria Inojosa e Sueli Komatsu, em: XI Concurso de Ensayos del CLAD "El Tránsito de la Cultura Burocrática al Modelo de la Gerencia Pública : Perspectivas, Posibilidades y Limitaciones". Caracas, 1997, disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/unpan003743.pdf>

Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade, de Rose Marie Inojosa, CadernoS FUNDAP n. 22, 2001, pág. 102-110, disponível em: [http://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia\\_politicas\\_servicos\\_publicos.pdf](http://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf)

Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social, de Karine Yanne de Lima Pereira e Solange Maria Teixeira, Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Vital/Meus%20documentos/Downloads/12990-55394-1-PB.pdf>

A ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos, de Maria do Carmo Brant de Carvalho. Información del Tercer Sector, abril, 2003. Disponível em: [http://lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/a\\_ao\\_em\\_rede\\_na\\_implementao.pdf](http://lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/a_ao_em_rede_na_implementao.pdf)

Descentralização, intersectorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade, de JUNQUEIRA, Luciano Prates. Revista FEA – PUC-SP, São Paulo, v. 1, p. 57-72, nov. 1999.

Como conjugar especificidade e intersectorialidade na concepção e implementação da política de assistência social, de Potyara Pereira. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 77, p. 54-62, mar. 2004.

## **Sobre os Programas**

### **Brasil Carinhoso:**

<http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/brasil-carinhoso>

<http://www.fnde.gov.br/programas/brasil-carinhoso>

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/11/brasil-carinhoso-teras-aco-es-ampliadas>

### **EBBS:**

[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/palestras/humanizacao/brasileirinhos\\_apresentacao\\_dra\\_liliane.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/palestras/humanizacao/brasileirinhos_apresentacao_dra_liliane.pdf)

### **Plano Nacional pela Primeira Infância:**

[www.primeirainfancia.org.br](http://www.primeirainfancia.org.br)

### **Plano Distrital pela Primeira Infância:**

[http://www.crianca.df.gov.br/biblioteca-virtual/doc\\_download/274-plano-distrital-pela-primeira-infancia.html](http://www.crianca.df.gov.br/biblioteca-virtual/doc_download/274-plano-distrital-pela-primeira-infancia.html)

### **PIM:**

<http://www.pim.saude.rs.gov.br/v2/>

### **Mãe Coruja Pernambucana**

<http://portal.saude.pe.gov.br/programa/secretaria-executiva-de-atencao-saude/programa-mae-coruja-pernambucana>

<http://maecorujape.blogspot.com.br/>

### **Primeiríssima Infância:**

<http://www.fmcsv.org.br/pt-br/o-que-fazemos/programa-primeirissima-infancia/Paginas/Programa-Primeir%C3%ADssima-Inf%C3%A2ncia-Resultados.aspx>

### **Plano Municipal pela Primeira Infância – Fortaleza**

[www.fortaleza.ce.gov.br/](http://www.fortaleza.ce.gov.br/)

### **Plano Municipal pela Primeira Infância – Nova Iguaçu**

<http://sfb.org.br/br/wp-content/uploads/2010/06/Plano-Municipal-pela-Primeira-Inf%C3%A2ncia-de-Nova-Igua%C3%A7u.pdf>

### **Programa Prefeito Amigo da Criança**

<http://www3.fundabring.org.br/dotnetnuke/quem-somos/perguntas-frequentes/programa-prefeito-amigo-da-crianca-.aspx>

## Programa Primeira Infância Ribeirinha

<http://fas-amazonas.org/2014/05/destaque-internacional-projeto-primeira-infancia-ribeirinha-participara-da-elaboracao-de-rede-para-a-america-latina/?lang=pt>

<http://www.amazonas.am.gov.br/2012/12/susam-acompanha-desenvolvimento-de-criancas-na-primeira-infancia/>

## Semana do Bebê

<http://www.semanadobebe.org.br/>

# Anexo II

## INICIATIVAS EM CURSO QUE VEM ALCANÇANDO BOM RESULTADO

### I. FEDERAL

#### 1. BRASIL CARINHOSO

##### Objetivo:

O Brasil Carinhoso é um das ações do Programa Bolsa Família para retirar da extrema pobreza crianças e adolescentes que, mesmo após o recebimento dos benefícios do Bolsa Família, continuavam com renda menor que R\$ 70,00 per capita. Além da segurança de renda, estes são acompanhados para que o acesso aos direitos de educação e de saúde lhes seja garantido.

Essas crianças e adolescentes recebem atenção especial para o acesso às ações de educação, saúde e assistência social. O pressuposto é o de que filhos que têm acesso a melhores condições de saúde, educação e convivência familiar e comunitária do que seus pais tiveram têm também aumentadas suas oportunidades de desenvolvimento social. Em outras palavras, tem mais chance de uma vida melhor que a de seus pais.

##### Visão de criança:

Crianças e adolescentes têm o direito a uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pela sociedade e pelo Estado. Nas situações de risco e enfraquecimento desses vínculos familiares, as estratégias de atendimento deverão esgotar as possibilidades de preservação dos mesmos, aliando o apoio socioeconômico à elaboração de novas formas de interação e referências afetivas no grupo familiar. No caso de ruptura desses vínculos, o Estado é o responsável pela proteção das crianças e dos adolescentes, incluindo o desenvolvimento de programas, projetos e estratégias que possam levar à constituição de novos vínculos familiares e comunitários, mas sempre priorizando o resgate dos vínculos originais ou, em caso de sua impossibilidade, propiciando as políticas públicas necessárias para a formação de novos vínculos que garantam o direito à convivência familiar e comunitária. A vertente de renda da Ação Brasil Carinhoso acabou com o abismo que separava as crianças e adolescentes das

demais faixas etárias, em termos de renda. Mas o Programa conta também com uma importante vertente de serviços de assistência social, saúde e educação voltados, especialmente, à primeira infância – fase crucial para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças –, que influencia o restante de suas vidas.

### Componentes do Programa

O Programa tem um conjunto de ações que envolvem a área da assistência social, da saúde e da educação: (a) Aumento de renda familiar, contemplando todos os membros da família com o mínimo de R\$ 70,00 mensais; (b) construção de creches; (c) o aumento dos recursos para a alimentação escolar na educação infantil; (d) abertura de novas vagas na creche ou pré-escola, com os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), para que toda criança do Bolsa Família seja matriculada; (e) extensão do Programa Saúde na Escola às creches e pré-escolas; (f) distribuição de sulfato ferroso e vitamina A para crianças na primeira infância e (g) distribuição gratuita, por meio da rede Aqui tem Farmácia Popular, de medicamentos para tratar asma em crianças.

### Como essas ações se conectam ou se integram na hora da execução:

A integração entre as ações de educação, saúde e assistência social são realizadas nos níveis federal, estadual e municipal, devendo os profissionais municipais de cada política realizar o acompanhamento das crianças e efetuar os registros administrativos do cumprimento das condicionalidades. No caso do poder público, elas estimulam a ampliação da oferta de serviços e monitoram as políticas, de modo a identificar as famílias em situação de maior vulnerabilidade e risco social para que a elas sejam dirigidas ações específicas.

### Coordenação:

As ações são coordenadas pela Secretaria de Superação da Extrema Pobreza, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

### Órgãos envolvidos:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Estados e Municípios.

### Para saber mais:

<http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/brasil-carinhoso>

## 2. Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis – EBBS

### Objetivo da Estratégia

Contribuir com o Ministério da Saúde (MS), Coordenação Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno (CGSCAM) para o fortalecimento do pacto interfederativo que visa a formulação e implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) – destacando em seu texto o cuidado fundamental com o desenvolvimento na Primeira Infância e construção de cidadania.

## Visão de criança

Criança considerada como cidadã plena de direitos hoje;

e seu desenvolvimento potencial pleno é considerado como base do desenvolvimento sustentável e democrático da sociedade e do país.

## Como as ações foram definidas, planejadas

- ➔ A EBBS foi desenvolvida como uma Pesquisa-Intervenção, numa iniciativa conjunta Fiocruz/MS, e incluída no Programa “Mais Saúde”/ MS em 2007.
- ➔ Constituiu-se com a participação de referências técnicas e experts no campo da Atenção integral à Criança, incluindo sociedade civil, com representação de Conselhos Profissionais e organizações do Terceiro Setor, com participação da Rede Nacional Primeira Infância.
- ➔ O desenho do Projeto Piloto desta fase inicial incluiu seis municípios: RJ, Florianópolis, Rio Branco, Campo Grande/MS e Araripina e Santa Filomena no Sertão do Araripe/PE e foi acompanhada pelos Conselhos de Secretários de Saúde, contando com instrumentos formais para este fim.
- ➔ Foram construídos dois instrumentos formais na construção EBBS:
  - a)** Portaria Ministerial MS/GM 2395, 7/10/09 – reconhecendo o valor estratégico da proposta de intervenção e convidando pessoas e instituições que representavam diferentes saberes próprios ao campo, experiências governamentais e experiências internacionais exitosas, conhecedores dos marcos legais e orientações da OMS, ONU (ODMs, especialmente 4 e 5) e OPS para seu desenvolvimento e implantação.
  - b)** Documento-base para cooperação entre o Ministério da Saúde e as Prefeituras com a proposta de trabalho conjunto, oferta do MS nesta iniciativa e contrapartidas locais.
- ➔ Oferta do MS: apoio à realização de cartografia e intervenção na localidade, voltada para o favorecimento de iniciativas setoriais e intersetoriais que visassem o cuidado com as crianças até os seis anos, com a contratação de profissionais apoiadores/ facilitadores para este fim.
- ➔ A cartografia constava da identificação das ações desenvolvidas pró Primeira Infância nas localidades e do estabelecimento ou fortalecimento de vínculos com os atores e agentes dessas ações, com metodologia específica e uso de tecnologias relacionais.
- ➔ Nesse ínterim, a Coordenação Nacional realizava a cartografia no âmbito do MS por vários setores e áreas técnicas (no início, 359 ações) e foram contactados outros Ministérios (Educação, Desenvolvimento Social, Cultura).

## Como essas ações se ligam entre si ou se integram na hora da execução:

### Coordenação:

- ➔ Definição das instâncias coordenadoras: Coordenação Nacional (CN) realizada por profissionais da Fiocruz/ Instituto Fernandes Figueira; Grupo Executivo Nacional (GEN), incluindo os profissionais do Ministério da Saúde e os experts já citados, e constituídos os Grupos Executivos locais (GEL), coordenados pelo apoiador/facilitador.
- ➔ Apresentação de situações – problemas identificando potencialidades e desafios das localidades, com a presença do Prefeito, dos Secretários de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, e/ou seus profissionais - representantes, atores da sociedade civil, etc. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e as UBS foram os espaços mais utilizados nesses encontros.

- ➔ A temática ou a questão em si, ali trabalhadas, voltam a ser apresentadas nos espaços ampliados (Oficinas) ou reuniões da CN ou GEN com o objetivo de construção conjunta de soluções.
- ➔ Periodicidade: Oficinas – trimestrais (em diferentes regiões do país) CN – semanal (IFF/Fiocruz) e GEN – quinzenal e posteriormente, mensal (Brasília)
- ➔ Natureza dos Encontros: Presenciais (trimestrais) e via Plataforma EAD (especialmente a partir da Fase 2) para formação dos consultores estaduais/apoiadores e coordenadores de saúde da criança de todos os estados, DF e capitais brasileiras.

### Órgãos envolvidos nas ações

- ➔ As Oficinas Ampliadas trimestrais configuraram o espaço participativo de escolha, para apoio à formulação, monitoramento e avaliação qualitativa, reenviando às demais instâncias as informações fundamentais à continuidade da intervenção, com a execução compartilhada via IFF/Fiocruz/MS/CGSCAM.
- ➔ Pesquisa Qualitativa de quarta geração coordenada pelas Profs Suely Deslandes e Corina Mendes do IFF Fiocruz, focando a Fase I da EBBS, apresenta em julho 2012, o principal resultado desta Fase, o seu Modelo Lógico, com Princípios, Diretrizes, dispositivos e Arranjo Gerencial, além dos referenciais teórico-conceituais utilizados.
- ➔ Destaque para a Intersetorialidade como Princípio melhor avaliado no efetivo desenvolvimento do trabalho.
- ➔ Pesquisa Avaliativa desenvolvida atualmente visa estudar a formulação compartilhada e a configuração do pacto interfederativo na construção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, com apresentação de conjunto de indicadores quanti-qualitativos utilizáveis em esforços assemelhados.

### Aprendizagem no processo de construção dessa estratégia

Aprendemos, sobretudo, o que significa multiprofissionalidade, com intersetorialidade, transversalidade na comunicação, informação e sensibilização para construção de um coletivo em co-gestão com objetivo claramente definido, ou seja, “trabalhar em rede”.

O trabalho intersetorial sempre foi nosso maior investimento, pela clareza absoluta de que não se constroi cidadania de outra forma. Nesse sentido muitas vezes manejamos como intersetorialidade o considerado “intra-setorial”. Isto porque, são tantos “entres”, e tantos possíveis vínculos a trabalhar, favorecer, fortalecer, que toda a Estratégia volta-se para esse desafio.

Na atual Fase, é nosso objetivo contribuir com o fortalecimento do pacto interfederativo em suporte à construção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, já em momento de avaliação pela Comissão Intergestores Tripartite, para incorporação ao SUS.

O fortalecimento da importância da Primeira Infância e seu reconhecimento global como base para a produção de saúde, cidadania e democracia, tem sido um grande facilitador para as necessárias negociações técnico – políticas deste campo, incluindo a colocação explícita do tema na agenda do Governo Brasileiro (Ex: Plano Brasil sem Miséria e Ação Brasil Carinhoso)

- ➔ O fortalecimento da rede brasileira de cuidados com a primeira infância, com as iniciativas do Congresso Nacional pelo seu marco legal, com o crescimento da RNPI, com a ampliação e qualificação de novos projetos e programas em municípios e estados, o fortalecimento das bases conceituais, seminários, nacionais e internacionais sobre esse tema, cursos, como o de Liderança Executiva pela Primeira Infância pelo NCPI (Universidade de Harvard/ FMCSV/ INSPER/ etc).

➔ Como principal desafio, a manutenção nas agendas políticas de todas as instâncias da federação da continuidade desse convencimento, no sentido da compreensão das políticas públicas nessa direção, como políticas de Estado, redutoras de iniquidades e produtoras de desenvolvimento sustentável e cuidado adequado às brasileiras e brasileiros.

## Para saber mais:

Na nossa página [www.ebbs.iff.fiocruz.br](http://www.ebbs.iff.fiocruz.br) podem ser encontradas maiores informações sobre a EBBS, incluindo referências conceituais, seus modos-de-fazer e publicações.

### 3. Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará

DECRETO Nº 31.264 de 31 de julho de 2013.

CRIA O COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO CEARÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do Art.88 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 279 e 280 da Constituição Estadual, que dispõem sobre o dever prioritário do Estado de amparar e proteger as crianças e adolescentes em situação de risco, e sobre a prioridade das políticas governamentais para a redução das taxas de mortalidade infantil até índices aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde, respectivamente; CONSIDERANDO a Lei nº14.026, de 17 de dezembro de 2007, que cria o Programa Alfabetização na Idade Certa, tendo como um dos eixos a educação infantil; CONSIDERANDO, ainda, a importância do fortalecimento de parcerias voltadas para a qualificação do planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas para o desenvolvimento infantil,

#### DECRETA:

Art.1º Fica criado o Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará, com a coordenação executiva da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

Art.2º O Comitê será formado pelos representantes dos seguintes Órgãos Estaduais:

I – Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA;

II – Secretaria da Educação – SEDUC;

III – Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG;

IV - Secretaria da Saúde – SESA;

V - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS;

VI – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE.

Art.3º Fica facultado ao Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil, criado por este Decreto, convidar representantes das seguintes entidades representativas de gestores municipais para contribuir nas discussões e auxiliar em suas decisões:

I – Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE;

II - União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;

III – Conselho das Secretarias Municipais de Saúde – COSEMS;

III – Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social – COGEMAS.

Parágrafo único. Outras entidades cujas atribuições envolvam temas relacionados ao desenvolvimento infantil poderão ser convidadas

a contribuir.

Art.4º O Comitê funcionará conforme regimento próprio, elaborado de forma participativa por seus membros.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º Revogam-se as disposições em contrário.

## **4. Plano Distrital pela Primeira Infância – Brasília, Distrito Federal**

### **Objetivo do Plano**

O Plano Distrital pela Primeira Infância - PDPI é uma normativa que representa o compromisso firmado pelo Distrito Federal em garantir os direitos de crianças de 0 a 6 anos de idade, incluindo o período da gestação, construindo estratégias de ação por um período de 10 anos (2013-2022). Seu objetivo principal é fomentar novas práticas e contextos nas políticas públicas e sociais para a Primeira Infância, - em consonância com as orientações do Plano Nacional pela Primeira Infância – PNPI nas suas treze ações finalísticas mais a cultura.

### **Visão de criança que ele/ela defende e apresenta**

Ressignificar a ideia de “sujeito de direitos” ` Para viabilizar essa prerrogativa é necessário dar legitimidade à voz das crianças.

### **Como as ações foram definidas**

Em 2012, a Secretaria de Estado da Criança propôs o Pacto Distrital pela Primeira Infância, que reiterou o compromisso do DF com a garantia integral dos direitos de crianças de 0 a 6 anos de idade. O Pacto sugeriu ao Poder Executivo a criação de um Comitê pela Primeira infância, composto por instituições do Poder Público e da sociedade civil, com o objetivo de elaborar o Plano Distrital - PDPI (Decreto 34.136 de 05 de fevereiro de 2013).

A partir de sua criação, Comitê mobilizou todas as instituições mencionadas no referido Decreto, que tiveram ampla participação. Foram sendo agregadas outras organizações ao longo do processo de diálogo e debate com a sociedade. Mais de 100 profissionais participaram da construção do PDPI, por meio das reuniões de trabalho e por consulta pública, além de 90 crianças de 4 a 6 anos de idade. O PDPI foi aprovado, por unanimidade, pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Plenária Nº 237 de 21 de novembro de 2013.

### **Como essas ações se conectam ou se integram na hora da execução**

Por ser uma proposta decenal, o Plano Distrital demanda a articulação permanente da sociedade para que suas metas, distribuídas em 14 ações finalísticas, sejam efetivamente

alcançadas. Esta tarefa, eminentemente interdisciplinar, tem sido viabilizada pelo trabalho do Comitê Distrital pela Primeira Infância. Em 14 de março de 2014, o Decreto 35.228, conferiu ao Comitê "a atribuição precípua [de] aprimorar a integração das políticas distritais para criança de até seis anos de idade e monitorar, avaliar e fiscalizar a implementação do Plano Distrital pela Primeira Infância". Essa instância de articulação e diálogo permanentes entre o Poder Público e a população é fator primordial para a realização do Plano.

### Coordenação:

A Secretaria de Estado da Criança, como coordenadora do Comitê pela Primeira infância, organizou e forneceu recursos técnicos e administrativos durante a elaboração do Plano Distrital. Foram realizadas reuniões ordinárias quinzenais, reuniões técnicas extraordinárias para assuntos específicos, reuniões técnicas com parceiros e setores estratégicos do Governo e da Sociedade Civil, disponibilização de texto preliminar para consulta pública e sistematização das informações e contribuições advindas do processo de fomento à ampla participação social.

### Órgãos envolvidos nas ações

A Secretaria de Estado da Criança foi o órgão responsável pelo planejamento das ações. Com o Pacto pela Primeira infância, foram agregadas outras Secretarias de Estado que atuam direta ou indiretamente com políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos. As atividades de comunicação são realizadas pelas assessorias de comunicação das Secretarias de Estado envolvidas, assim como por divulgação nas redes de promoção e proteção social as quais estão inseridas as instituições da sociedade civil que compõem o Comitê.

### Aprendizagem no processo de construção dessa estratégia

O cenário tensionado dos problemas e demandas relativas aos adolescentes, de uma parte, forçava a Secretaria da Criança dar a maior atenção e prioridade ao seu adequado atendimento. E, de outra, induziu e motivou a que ela produzisse uma política pública para crianças de 0 a 6 anos. Estava claro que cuidar da primeira infância é cuidar da família, da comunidade, do presente e do futuro; é inverter a lógica cruel a que estão submetidas crianças e adolescentes que, por omissão ou não, levam a quebra de direitos fundamentais.

O passo seguinte foi a ampla articulação institucional e comunitária para a elaboração da primeira normativa distrital que dispusesse sobre a garantia integral dos direitos de crianças de 0 a 6 anos. A participação de 90 crianças nas ações lúdicas que produziram contribuições para o Plano Distrital gerou empatia e adesão unânime. As crianças anunciaram seus anseios e necessidades em diversos momentos e por meio de diferentes linguagens, que permitiram não somente sua expressão oral, mas também captaram seus olhares, gestos e postura corporal. E foi a partir dessa escuta que pudemos aprender mais sobre e com as crianças sobre seis temas que faziam parte dos capítulos do Plano.

### Para saber mais: (indicação de uma fonte online ou escrita)

**Os resultados do projeto podem ser acessados nos endereços eletrônicos abaixo:**

- Plano Distrital pela Primeira Infância:

[http://www.crianca.df.gov.br/biblioteca-virtual/doc\\_download/274-plano-distrital-pelaprimeira-infancia.html](http://www.crianca.df.gov.br/biblioteca-virtual/doc_download/274-plano-distrital-pelaprimeira-infancia.html)

- Escutar as Crianças (documentário):

[http://www.youtube.com/watch?v=\\_Zk6Boynrno](http://www.youtube.com/watch?v=_Zk6Boynrno)

- Escutar as Crianças - faça você mesmo (documentário): [http://www.youtube.com/watch?v=\\_jCUiGuRIIQ](http://www.youtube.com/watch?v=_jCUiGuRIIQ)

- 1º Prêmio Nacional de Projetos com Participação infantil

<http://www.premioparticipacaoinfantil.org.br/>

## 5. São Paulo Carinhosa

### Objetivo da Política

O objetivo da Política Municipal para a Primeira Infância “São Paulo Carinhosa” é articular e coordenar ações voltadas à promoção do desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos no município de São Paulo.

### Visão de criança

A São Paulo Carinhosa compartilha os conceitos e a visão da criança estabelecidos no Plano Nacional da Primeira Infância. Visão esta que defende a criança como detentora de direitos e a infância como uma fase da vida com características próprias e únicas que deve ser preservada. Ações que visam a promoção do desenvolvimento integral da Primeira Infância devem levar em consideração as crianças em suas múltiplas interações, relacionamentos e vínculos – com a escola, família, comunidade, serviço de saúde, de assistência, cidade, na vara da infância e juventude, dentre outros. A visão holística assumida pela São Paulo Carinhosa coloca como objetivos que todos os espaços de interface com a criança sejam promotores do desenvolvimento infantil e, em seu oposto, não sejam inibidores deste desenvolvimento. Consideramos como desenvolvimento infantil integral o que engloba o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social.

### Como as ações foram definidas

O Decreto Municipal nº 54.278 de 28 de agosto de 2013 assinado pelo Prefeito, que institui a São Paulo Carinhosa, foi resultado de um trabalho de articulação interna e externa. Para dentro do Governo, as várias secretarias foram demandadas das ações existentes e aquelas que poderiam ser propostas. Externamente, procurou-se estabelecer contatos e conhecer as experiências existentes e lições aprendidas em âmbito municipal, nacional e internacional sobre o tema.

O Decreto cria um Comitê Gestor, composto de 14 Secretarias, e delega a coordenação do Programa à Primeira-Dama da cidade. O Comitê Gestor se reúne periodicamente e estabelece conjuntamente as prioridades de ação. Entre algumas prioridades já estabelecidas vale citar os cortiços e habitações coletivas do centro da cidade, onde os riscos ao desenvolvimento infantil são mais elevados pelas condições de habitabilidade, alto adensamento das habitações e elevada rotatividade de famílias e pessoas, não permitindo o estabelecimento de vínculos que seriam protetores da infância. O Comitê Gestor também discutiu a priorização das crianças em maior situação de vulnerabilidade na fila da educação infantil, como forma de promover a equidade à medida que o sistema de educação infantil se expande.

Junto com a Secretaria Municipal de Saúde, estabeleceu-se um convênio com o Ministério da Saúde para ampliar a intensidade de visitas domiciliares às famílias em situação de vulnerabilidade com crianças de até 3 anos de idade no âmbito da Atenção Básica. Este projeto irá capacitar as Equipes de Saúde da Família nos territórios prioritários da São Paulo Carinhosa, ampliando em dois Agentes Comunitários de Saúde cada uma das equipes para que ampliem sua capacidade de atendimento. O projeto prevê a integração dos outros ser-

viços do território neste processo, promovendo a intersetorialidade.

Outra importante forma de atuação da São Paulo Carinhosa é a indução de ações e atividades voltadas para a Primeira Infância pelas Secretarias que possuem esta característica, como a Cultura, Esportes, Lazer e Recreação, Verde e Meio Ambiente, que, dentro de suas finalidades, já promovem ações voltadas para este público e que podem ser ampliada.

### Como essas ações se conectam

Na priorização de vagas na educação infantil para crianças em situação de vulnerabilidade. A Secretaria Municipal de Educação identifica as crianças da fila que são beneficiárias do Programa Bolsa Família, por meio do cruzamento dos cadastros. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que gerencia o Cadastro Único, o Programa Bolsa Família e o atendimento de crianças em abrigos institucionais, direciona as crianças à Secretaria de Educação para que sejam matriculadas em unidades educacionais.

No projeto do Ministério da Saúde, a integração se dará no momento da capacitação dos profissionais, que devem envolver profissionais de outras áreas e prever uma metodologia de atuação integrada.

As atividades promovidas pelas Secretarias voltadas à Primeira Infância, tais como atividades culturais, esportivas e de recreação, de educação ambiental, para serem mais efetivas, é importante que sejam frequentadas pelas crianças expostas a maior risco e que, sem um trabalho específico, não participam das atividades. Para isso, os serviços públicos que têm maior contato com essas crianças - Saúde, Educação e Assistência - e também as ONGs fazem um papel de mobilização e viabilização da participação para que a atividade seja mais efetiva.

### ➔ Coordenação dos setores:

É feita por um Comitê Gestor formado por 14 Secretarias, coordenado pela Primeira-Dama, que está vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito. Este arranjo coloca a questão da Primeira Infância como prioridade política do governo, integrado ao Programa de Metas, que define as prioridades do Governo para o mandato. Reuniões periódicas do Comitê Gestor e com grupos menores de Secretários para definir as estratégias e linhas de ação ocorrem com frequência.

Uma parte importante do trabalho é identificar, mapear e registrar boas práticas já realizadas pela Prefeitura e identificar aquelas que podem ser replicadas, seja dentro do mesmo setor, seja integrando outros setores. A Secretaria Municipal de Saúde realizou um seminário com todas as regionais de saúde, no qual cada uma selecionou uma ou duas experiências que elas identificaram como exitosas na promoção do desenvolvimento infantil. Além de trazer para a coordenação da São Paulo Carinhosa o conhecimento destas atividades, o seminário foi importante também para que as regionais conhecessem o que tem sido feito em outras regiões da cidade.

A São Paulo Carinhosa tem promovido seminários de mobilização junto com as Secretarias parceiras. Com a Secretaria de Educação, a importância do desenvolvimento infantil e o funcionamento da São Paulo Carinhosa já foi discutido nas Diretorias Regionais de Educação de territórios prioritários da política.

### ➔ Órgãos envolvidos nas ações:

As Secretarias envolvidas são: I - Secretaria do Governo Municipal; II - Secretaria Municipal de Educação; III - Secretaria Municipal da Saúde; IV - Secretaria Municipal de Assistência

e Desenvolvimento Social; V - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; VI - Secretaria Municipal de Cultura; VII - Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação; VIII - Secretaria Municipal de Segurança Urbana; IX - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres; X - Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial; XI - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida; XII - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; XIII - Secretaria Municipal de Serviços; XIV - Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras.

A São Paulo Carinhosa possui uma plataforma de comunicação digital, que tem o objetivo de interagir com os atores envolvidos com a primeira infância e com o público em geral, chamando atenção para o tema na cidade.

As ações voltadas à promoção do desenvolvimento infantil estão integradas ao Programa de Metas da prefeitura, que é monitorado e acompanhado pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura, que também busca fazer a articulação das ações.

### ➤ **Aprendizagem no processo de construção dessa estratégia:**

Não resta dúvida sobre a dificuldade de conciliar uma agenda como a da Política Integrada, com todas as demais ações, prioridades, contingências e desafios de cada secretaria e sua ação política. O primeiro passo é reconhecer a dificuldade. O segundo, é a disposição para o aprendizado e compreensão mútuos sobre a pauta, as prioridades, a estrutura e o processo de trabalho de cada área. E junto, muita disposição e flexibilidade para compor e buscar consensos.

A principal dificuldade na construção de uma agenda intersetorial é a multiplicidade de atores com recursos chave para a consecução dos objetivos definidos, que não estão sob controle da coordenação e são igualmente demandados por outras tantas agendas também prioritárias e importantes. Os desafios colocados às Secretarias são muito grandes e as pressões e demandas vêm de muitas áreas e, desta maneira, as ações voltadas à Primeira Infância devem se inserir no contexto mais geral de atuação das áreas e nos serviços prestados à população e não podem ser vistas como disputando espaço com outras ações igualmente importantes.

A cidade de São Paulo tem uma característica peculiar que amplia o potencial, mas também a complexidade – a existência de um terceiro setor bastante forte, organizado e com ações relevantes na área. A integração destas atividades ao serviço público é um desafio, conseguir dar uma visão de todo e complementar é fundamental para ampliar a efetividade das ações.

## **Para saber mais:**

<http://www.saopaulocarinhosa.prefeitura.sp.gov.br/>

## **6. Plano Municipal pela Primeira Infância – Fortaleza/CE**

### ➤ **Objetivo do Plano**

O PMPIF tem por objetivo garantir a proteção e a promoção dos direitos da criança pequena (0 a 6 anos) no âmbito do município de Fortaleza, de forma integral e integrada, intra (com ações intersetoriais entre os órgãos municipais) e inter (governamental com os governos federal e estadual) além de um diálogo permanente e democrático com a sociedade civil organizada.

### ➤ **Visão de criança**

Criança sujeito de direito sendo prioridade em todas as ações que têm como foco a

rede de cuidado: cuidar (assistência desde a sua concepção); educar (inserir e ampliar a cobertura de matrícula em educação infantil em equipamentos com padrão de qualidade); proteger (ampliação da rede de assistência social; de fortalecimento de vínculos familiares e de abrigamento em instituições cuidadoras de crianças em situação de abandono e negligência familiar) e promover a cidadania (identificação civil; garantia de direitos iguais para todos sem distinção de cor, gênero e condição sócio-econômica).

## ➔ Como as ações foram definidas

### 1) Planejamento:

Após a decisão política do Prefeito de dar prioridade à criança pequena, a Primeira-Dama, assumiu a missão de fazer uma ampla mobilização em prol da criança pequena. Começamos com a criação do “Selo Fortaleza Cidade Amiga da Criança” e, em seguida:

**Primeiro passo** - definição da coordenação e do grupo técnico de trabalho para desenhar e construir, passo a passo, o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPIF).

**Segundo passo** - articulação direta com o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza (COMDICA) para desencadear a mobilização social em prol da construção do PMPIF.

**Terceiro passo** - criação um Grupo Técnico de Trabalho Intersetorial, com assento no Gabinete da Primeira-Dama. O COMDICA atuou na mobilização da sociedade civil, dos Conselhos Tutelares em parceria com a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos. O Gabinete da Primeira-Dama se encarregou de fazer a articulação com as Secretarias/Coordenadorias: a) Fins – Saúde; Educação; Assistência Social; Direitos Humanos; b) Intersetoriais: Cultura; Esporte e Lazer; Meio-Ambiente; Segurança Cidadã; Juventude, Participação Popular; Sobre Drogas; c) Meio/Executivas: Governo; Planejamento; Regionais (sete); Infraestrutura; Habitação.

**Quarto passo** - realização de uma parceria direta com o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e com a Rede Nacional pela Primeira Infância, através de sua Secretaria Executiva no Ceará, Instituto da Infância (IFAN); com a Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará.

**Quinto passo** - indicação por cada um dos órgãos municipais e do COMDICA, de dois representantes para serem articuladores no processo de mobilização e realização dos Fóruns Regionais. Esses fóruns obtiveram a participação de mais de duas mil pessoas de todos os segmentos indicados pelo Guia para a Elaboração dos Planos Municipais e o Fórum Municipal, aproximadamente oitocentas pessoas.

**Sexto passo** - construção da metodologia e do material a ser trabalhado nos Fóruns pelo Grupo Técnico de Trabalho. Formação dos mediadores para os Fóruns. Elaboração do material para os participantes do Fórum: a) Documento elaborado pela Rede Nacional pela Primeira Infância; b) Guia para a Elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância; c) Estatuto da Criança e do Adolescente; e) Folder, pasta, caneta, bóton, borrão, metodologia para o trabalho em grupo das treze ações finalísticas; f) sacola em tecido e blusa com identificação do Fórum (parceria UNICEF).

**Sétimo passo** - mobilização das pessoas e a realização dos seis Fóruns Regionais, pelas Secretarias Regionais, envolvendo os articuladores do gabinete de cada Secretário Regional, dos Distritos de Educação, Saúde e Assistência Social, das Secretarias fins, além, de todas as áreas intersetoriais.

**Oitavo passo** - consolidação das 201 proposituras advindas dos Fóruns Regionais pelos articuladores regionais e pelo Grupo Técnico de Trabalho para qualificação e aprovação no Fórum Municipal.

**Nono passo** – qualificação e aprovação das proposituras advindas dos Fóruns Regionais

no Fórum Municipal. Das proposituras, 93 foram qualificadas nos grupos inscritos nas treze ações finalísticas e aprovadas na assembleia.

**Décimo passo** - agregação das proposituras similares pela Comissão Intersetorial em conjunto com o Grupo Técnico de Trabalho do PMPIF.

## **2) Houve diálogo depois?**

Sim, cada Secretaria fim, cada Secretaria/Coordenaria Intersetorial, cada parceiro externo (UNICEF, UFC, IFAN/REPI, líderes da sociedade civil), recebeu o Documento Síntese para análise, crítica e correção antes de encaminhar para aprovação no COMDICA.

## **3) O texto final foi aprovado por todos?**

Sim, o colegiado do COMDICA aprovou por unanimidade o Documento Síntese e encaminhou para Câmara Municipal elaborar Projeto de Lei.

## **4) Tramitação**

A Câmara realizou audiência pública para apresentar o Projeto de Lei que foi aprovado por unanimidade. Lei sancionada sob o N° 10.221, de 13 de junho de 2014 e publicada no Diário Oficial do Município no dia 26 de junho de 2014.

## **➤ Como essas ações se conectam ou se integram na hora da execução.**

As responsabilidades e conexões serão definidas pelo Decreto que regulamentará a Lei.

## **Coordenação**

A Coordenação está sendo feita pelo Gabinete da Primeira-Dama, que acompanhará e articulará a execução das 64 ações qualificadas e aprovadas em cada Secretaria fim, de forma intersetorial.

## **Órgãos envolvidos nas ações**

No primeiro momento trabalhamos com a Secretaria de Planejamento para garantir a inclusão das ações no Orçamento de 2015. As demais etapas (execução, avaliação e comunicação) estão em processo de desenho e implementação. Aqui, destaca-se o Programa Cresça com Seu Filho, que foi sendo concebido e está em processo de implantação nas duas maiores regiões administrativas - Secretaria V e VI. Essas duas regiões têm os mais baixos IDH-B entre os 119 bairros de Fortaleza.

## **Aprendizagem no processo de construção dessa estratégia**

A determinação política da gestão central, o envolvimento de todos os gestores das áreas fins, intersetoriais e meios, a competência técnica dos articuladores, a "acreditação e o envolvimento" da população e dos parceiros da sociedade civil, a fina sintonia com o COMDICA e, acima de tudo, a liderança e a coordenação do processo pelo Gabinete da Primeira-Dama. As dificuldades foram vencidas pela participação democrática em todas as etapas do processo.

## **Para saber mais:**

- Portal da Prefeitura Municipal de Fortaleza – [www.fortaleza.ce.gov.br/](http://www.fortaleza.ce.gov.br/)

- Diário Oficial do Município de Fortaleza – Data: 26 de Junho de 2014 – Lei na página 05 e o Documento Síntese no Suplemento N° 2 do mesmo dia.

## 7. Programa Cresça com Seu Filho – Município de Fortaleza/CE

### Objetivo do Programa

Favorecer o desenvolvimento da Primeira Infância junto à família, desde a vida intrauterina até os três anos de idade e apoiar as famílias em suas estratégias positivas de superação das condições de vida, possibilitando aos pais e cuidadores por em prática cuidados que melhor correspondam às necessidades essenciais de seus filhos.

### Objetivo Geral:

Assistir às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, a partir de sua cultura e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças no período da gestação e da primeira infância (0 a 3 anos).

### Objetivos Específicos:

1. Sensibilizar e mobilizar representantes da sociedade civil, gestores e profissionais das setoriais envolvidas para colaborar com as ações do Programa Cresça com Seu Filho; 2. Potencializar as capacidades das famílias no cuidar de suas crianças nos aspectos socioafetivo, cognitivo e de linguagem; 3. Desenvolver junto aos pais e/ou cuidadores conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas ao desenvolvimento integral na Primeira Infância; 4. Fortalecer os vínculos familiares para o cuidado integral da criança e prevenção da violência física doméstica; 5. Potencializar as condições para a inserção das famílias integrantes do Programa Cresça com Seu Filho na Rede de Proteção do Município; 6. Promover a mediação entre visitantes e famílias, por meio de visitas domiciliares, como espaço de interação dialógica sobre o desenvolvimento infantil.

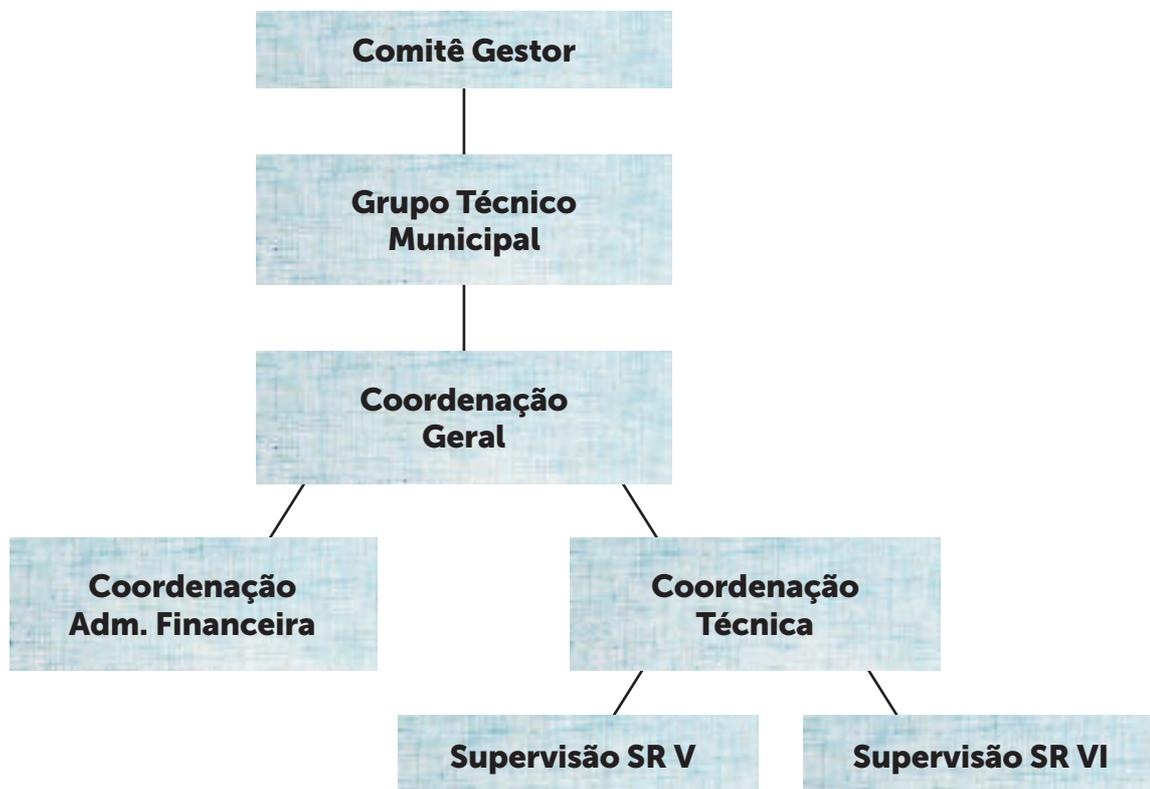
### Visão de criança

Visão da criança como sujeito de direitos, que necessita de atenção integral por parte da família, da sociedade e do estado. Concepção de cidadania respaldada nas legislações, convenções, planos, programas e acordos municipais, estaduais, nacional, em especial, em cumprimento à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996 e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993 e sua reformulação em 2011.

### Como as ações foram definidas

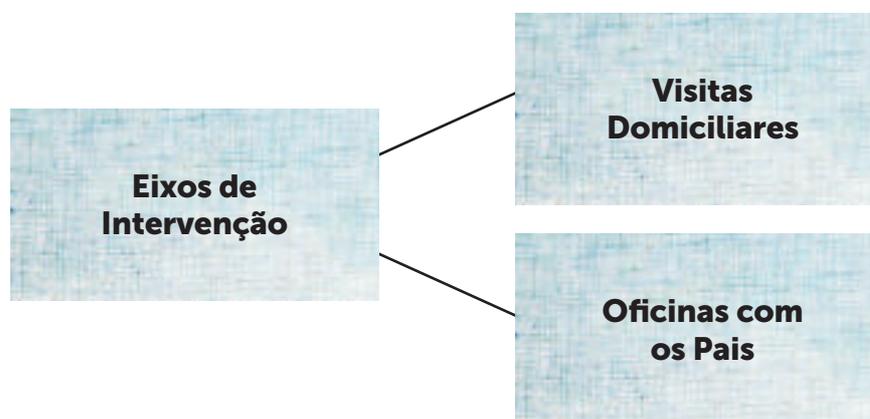
A estrutura do Programa Cresça com Seu Filho conta com as seguintes instâncias: Comitê Gestor Municipal para o Desenvolvimento da Primeira Infância - CGDI; Coordenação Geral; Coordenação Técnica; Coordenação Administrativa Financeira; Grupo Técnico Municipal – GTM; Supervisão Regional V, Supervisão Regional VI, Monitores (Enfermeiros/as) e Visitadores/as (Agentes Comunitários de Saúde). Os dois últimos são membros integrantes da Estratégia Saúde da Família das Unidades Primárias de Saúde – UAPS, dos territórios de abrangência do Programa.

Essa estrutura oportuniza a operacionalização das ações do Programa Cresça com Seu Filho e possibilita a melhoria do desenvolvimento infantil integral das crianças, fortalecendo indivíduos, famílias e comunidade.



### Como essas ações se conectam ou se integram na hora da execução

As ações de intervenção do Programa Cresça com Seu Filho junto às famílias beneficiadas serão desenvolvidas por meio de dois eixos: visitas domiciliares e oficinas com os pais e/ou cuidadores/as, conforme fluxograma a seguir.



**Eixo 1 – Visita Domiciliar:** A visita domiciliar será realizada por visitantes/as (Agentes Comunitário de Saúde) aos beneficiários do Programa (crianças de 0 a 3 anos e gestantes), com frequência semanal e duração aproximada de 1 hora, contemplando três momentos: chegada, atividade e despedida. Para seu trabalho de campo o(a) visitador(a) terá disponível, o Guia do Visitador, contendo orientações para o manejo das diversas situações encontradas relacionadas ao desenvolvimento infantil e ao período gestacional.

**Eixo 2 – Oficina com os Pais e/ou Cuidadores(as):** As oficinas com os pais e/ou cuidadores(as) referem-se à primeira intervenção psicossocial com as famílias, a serem realizadas pela equipe do Programa Cresça com Seu Filho.

## Coordenação:

Secretaria Municipal de Saúde (SMS): coordenação e gerenciamento do Programa, seleção, contratação e capacitação dos monitores e visitantes, bem como o atendimento dos beneficiários/as na sua rede de atenção à saúde.

## Órgãos envolvidos nas ações

- Gabinete da Primeira-Dama de Fortaleza: apoio financeiro e articulação com instituições locais, nacionais e internacionais.
- Secretaria Municipal de Saúde (SMS): coordenação e gerenciamento do Programa, seleção, contratação e capacitação dos monitores e visitantes, bem como o atendimento dos beneficiários/as na sua rede de atenção à saúde. Coordenadora Geral do Programa Cresça com Seu Filho: Maria Isomar da Silva Xenofonte.
- Secretaria Municipal de Educação (SME): garantir vagas nas creches para as crianças atendidas pelo Programa; participar das oficinas com os monitores, visitantes e famílias contempladas; realizar atendimento e acompanhamento de crianças referenciadas pela equipe do Programa.
- Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA): inclusão das famílias no Programa de Atendimento Integral a Família- PAIF pelos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS; inclusão de crianças de 0 a 3 anos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; inscrição no CadÚnico para viabilizar o acesso aos programas sociais do Governo Federal, em especial o Programa Bolsa Família e o Brasil Carinhoso. A SETRA disponibilizará espaço físico nos CRAS e/ou instituições comunitárias para realização de atividades inerentes ao Programa.
- Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos: garantir a promoção, defesa e difusão dos direitos dos cidadãos em articulação com as diversas políticas e os serviços existentes no Município.
- Universidade Federal do Ceará – UFC/Pró-Reitoria de Extensão e Instituto da Primeira Infância - IPREDE: Elaboração dos Guias de Formação e de Visitas Domiciliares, a formação dos monitores, avaliação do Programa.
- Ministério da Saúde: Assessoria Técnica e apoio financeiro do Programa.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID: Assessoria Técnica e apoio financeiro na Avaliação de Impacto do Programa.

## Aprendizagem no processo de construção dessa estratégia

O aprendizado vem ocorrendo no processo: como fazer e executar um plano de ação entre diversas instâncias governamentais e não governamentais. Temos visto fortalecer-se a intersetorialidade das ações entre saúde, educação, assistência social e direitos humanos.

## Para saber mais:

- Documento oficial do Programa Cresça com Seu Filho;
- Folder institucional;
- Guias de Formação e de Visitas Domiciliares (em fase de conclusão).

## 8. Plano Municipal pela Primeira Infância – Nova Iguaçu/RJ

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Nova Iguaçu (PMPI-NI), contempla ações para crianças de até seis anos de idade, que no município representa uma população de quase 80 mil crianças. O Plano foi aprovado em novembro/2013 pelo CMDCA, contendo um diagnóstico com informações sobre as políticas públicas na cidade e sobre a legislação, além de propostas de ações em 13 temas relacionados à educação, à assistência social, à cultura, à convivência familiar, ao urbanismo e meio ambiente, à violência, dentre outros.

As crianças também participaram na elaboração do Plano, foram 26 delas, de 3 a 6 anos de idade, de instituições de Educação Infantil da rede pública, privada e comunitária, de área urbana rural, a partir da Oficina “O olhar da criança sobre o mundo”. O objetivo foi enriquecer as discussões com o olhar das crianças, sobre suas impressões acerca dos lugares onde moram, dos seus gostos, dos espaços que frequentam e das dificuldades e problemas que enfrentam no dia-a-dia. Ter a criança como sujeito e protagonista é um princípio norteador do Plano: a criança não é só objeto do cuidado e atenção dos adultos; possui gostos, percepções da realidade, desejos que fazem parte da formação de sua identidade e de sua personalidade. Todo o conteúdo da oficina foi sistematizado e constou do texto final dos temas do Plano Municipal, além da edição de uma cartilha específica sobre o trabalho.

As ações foram definidas utilizando-se de diversas instâncias de discussão, tais como encontros, grupos de trabalho e seminários, ou seja, foi elaborado, com a participação ativa de cerca de 170 pessoas de diversas organizações governamentais e não-governamentais.

Um dos princípios para a elaboração foi a participação do maior número de pessoas possível, contando com diferentes setores, ou seja, devendo ser elaborado em conjunto pelo governo e sociedade, em processo participativo. Foi a partir desses pressupostos que o ponto focal da elaboração do Plano se deu nos grupos de trabalho, responsáveis pelo diagnóstico da situação da primeira infância e para eleger as ações finalísticas.

Apesar da divisão temática, as ações foram pensadas, em sua maioria, para serem executadas de forma integrada. O CMDCA constituiu uma Comissão para realizar o acompanhamento e o cumprimento do Plano. A comissão é formada por quatro membros, sendo dois de representação governamental e dois de representação não-governamental. Conforme a Resolução que aprovou o Plano Municipal e criou a Comissão, esta deverá ser ampliada de representantes de outras organizações do Sistema de Garantias de Direitos, tais como: o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA, a Associação dos Conselheiros Tutelares de Nova Iguaçu, a Vara da Infância e Juventude, o Ministério Público e o Núcleo de Creches e Pré-Escolas Comunitárias da Baixada Fluminense - Nucrep.

A Comissão tem como atribuições: acompanhar a execução do PMPI-NI; estabelecer os mecanismos necessários ao acompanhamento, ao monitoramento e à avaliação das ações finalísticas; aprofundar o diagnóstico da primeira infância; acompanhar a execução do Orçamento Municipal, entre outras.

A iniciativa de elaboração do Plano foi da Solidariedade França-Brasil em seu projeto Construindo em Rede, tendo apoio do Instituto C&A e a parceria das organizações do Sistema de Garantia de Direitos de Nova Iguaçu, especialmente o CMDCA, os Conselhos Tutelares, o Fórum DCA e o Nucrep, além de diversas secretarias municipais da Prefeitura de Nova Iguaçu.

O ponto positivo dessa ação é o envolvimento no processo de elaboração de grande número de entidades da sociedade civil, além de setores governamentais, conselhos, militantes da área dos direitos da criança e profissionais de diferentes setores. Temos como aprendizagem no período a necessidade sempre presente de intensificar a comunicação entre os participantes para manter viva a participação na elaboração e no acompanhamento do Plano, utilizando para isso recursos variados (telefone, e-mail, Facebook) e mantendo

uma comunicação e convocatória constantes.

Em relação às dificuldades e desafios encontrados, observamos que nem todos os temas têm o mesmo poder de mobilização. Outro desafio é conseguir a participação de atores-chaves que ainda estão fora da discussão.

## Para saber mais:

<http://sfb.org.br/br/wp-content/uploads/2010/06/Plano-Municipal-pela-Primeira-Inf%C3%A2ncia-de-Nova-Igua%C3%A7u.pdf>

## 9. Programa Prefeito Amigo da Criança Fundação ABRINQ/SAVE THE CHILDREN

O objetivo do Programa é mobilizar e apoiar tecnicamente os municípios para a implementação de políticas e ações que resultem em avanços na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Ele estimula os gestores municipais a criarem as condições necessárias para a efetivação do Sistema de Garantia de Direitos.

### Princípios do Programa:

- intersetorialidade,
- articulação,
- representação,
- participação;
- políticas asseguradoras de direito.

A participação no Programa se dá por meio da adesão do gestor municipal e pelo compromisso de mobilizar as forças políticas necessárias para viabilizar as ações no município. Em seguida, faz-se uma agenda de trabalho visando a fortalecer o processo de planejamento (diagnóstico, formulação, execução, monitoramento e avaliação) e a instituição de estruturas que favoreçam o controle social e o aprimoramento do Sistema de Garantia de Direitos.

A estratégia intersetorial leva em conta os objetivos estratégicos do governo municipal, as agendas setoriais e as rotinas de trabalho dos setores, procurando compatibilizá-los. Na maior parte dos casos, o atendimento dos objetivos estratégicos envolve atividades inter-setoriais, multidisciplinares ou multiprofissionais que escapam aos limites das atribuições e competências de um determinado setor ou órgão, exigindo novas formas de trabalho e, principalmente, de coordenação, às quais a administração não está habituada.

O desafio está em equilibrar as dimensões política e técnica. Ênfase excessiva na dimensão técnica pode distanciar o planejamento das necessidades da população, chegando ao extremo de “soluções de gabinete” definidas por profissionais que, bem intencionados, acreditam que sabem “o que é melhor” para cada grupo ou segmento, sem consultar aqueles que são os maiores interessados. Por outro lado, a ênfase exclusiva ou exagerada na dimensão política costuma conduzir a propostas demagógicas ou inexequíveis que tampouco servem à solução dos problemas.

Entre as principais estratégias do programa para estimular as ações intersetoriais estão:

- ➔ **Política Municipal:** Elaboração, aprovação e execução do Plano Municipal para a Infância e Adolescência, estimulando processos participativos, intersetoriais e permanentes. Liderado pelo prefeito é aprovado no Conselho Municipal de Direitos e na Câmara dos Vereadores;
- ➔ **Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação,** que, além do acompanhamento e avaliação do Programa, busca fortalecer o diálogo da sociedade civil com a gestão pública. A Comissão deve ser mista, paritária e representativa. Sugere-se que seja presidida pelo presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.









REALIZAÇÃO



SECRETARIA EXECUTIVA  
BIÊNIO 2013/14



SECRETARIA EXECUTIVA  
TRIÊNIO 2015/17



APOIO INSTITUCIONAL BIÊNIO - 2013/14 BIÊNIO 2013/14



PARCEIRO NO PROJETO

